AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 36 | Nº 10 | OUTUBRO 2016 | R$ 15,00



MERCADO DE LEITE

CENÁRIO PARA OS PRÓXIMOS MESES

PRECISAMOS VENDER PARA O MERCADO INTERNACIONAL

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

TOCANTINS
TRANSFORMANDO POTENCIAL EM REALIDADE

FRONTEIRA AGRÍCOLA
COMO A INFORMAÇÃO PODE AJUDAR NO PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

RECUPERAÇÃO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO?

OS PRÓXIMOS dois meses mostrarão se o governo Temer terá o apoio do Congresso para aprovar as reformas necessárias ou se perderá a credibilidade recuperada após a saída da presidente Dilma Rousseff. A ***Agroanalysis*** acredita que boa parte das medidas será aprovada com pequenas alterações e que a tão necessária reforma da previdência será encaminhada para apreciação. O ministro Henrique Meirelles parece ter entrado no jogo com as garantias dadas pelo presidente Temer sobre a aprovação das reformas. Desta forma, a tendência para os próximos meses continua a ser de inflação em queda, com o dólar entre R$ 3,15 e R$ 3,40 e a Selic decrescendo.

Como conseguiu restabelecer relações funcionais com o Congresso, o novo governo trouxe a clara percepção de melhora da governabilidade. Ao mesmo tempo, com o redirecionamento da orientação de política econômica para diretrizes essenciais de reconstrução dos fundamentos macroeconômicos, houve uma contribuição para a melhora do humor dos agentes econômicos. O ponto central nesse processo é saber se esse otimismo sustentará uma retomada da atividade econômica no médio prazo.

No caso brasileiro, o profundo desajuste das contas públicas inviabiliza a utilização dos instrumentos de política fiscal para estimular a demanda agregada e a produção. Do lado da política monetária, as limitações em termos de estímulos também são grandes: a inflação elevada não permite ao Banco Central promover uma política monetária expansionista, via corte da taxa de juros, para estimular o consumo e os investimentos. Já a taxa de câmbio no patamar atual, considerada baixa, representa um elemento importante que desestimula a demanda pelo canal do setor externo. Por isso, as exportações brasileiras seguem virtualmente estagnadas.

Mesmo assim, a competitividade do Brasil no agronegócio mundial é observada em vários mercados de *commodities*, com posição de destaque na produção e na exportação de diversos produtos agroalimentares. No caso da balança comercial de leite e derivados, no entanto, a situação é de fraca competitividade, decorrente do custo Brasil, devido às estradas rurais precárias, aos altos encargos trabalhistas, à baixa produtividade da mão de obra e ao elevado custo da energia elétrica. A fraca capacidade produtiva das vacas e a fragmentação da estrutura de produção também aumentam os custos, tornando a efetivação da inserção internacional cada vez mais distante.

Neste ano, a menor disponibilidade de matéria-prima (leite cru) em comparação com 2015 puxou para cima os preços do leite e de derivados no primeiro semestre. Neste momento, com o final do período de entressafra, há a tradicional retomada da produção nas bacias leiteiras. Por isso, os preços normalmente tendem a cair no quarto trimestre. No caso do leite longa vida, a elevação expressiva dos preços provocou queda no consumo varejista, com os industriais tendo de acumular estoques. Esse fato deve pressionar ainda mais o mercado para baixo.

As estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) incialmente apontavam para um recorde na produção brasileira de grãos para a safra 2015/16. Este cenário teve completa reversão com

a evolução das lavouras. As estiagens provocaram severas quebras na região Centro-Oeste. Com isso, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) reduziu as suas projeções de embarque para 2016 de 57 milhões de toneladas para 54 milhões, ainda assim estabelecendo um novo recorde.

Na pesquisa e na inovação, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), junto com outros institutos e universidades, realiza esforços para disponibilizar conhecimentos, informações e tecnologias para planos do governo federal e os agricultores. Estas ações visam à sustentabilidade econômica, social e ambiental dos sistemas de produção agropecuária. No MAPITOBA (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia), dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se aquelas relacionadas com a geotecnologia, que englobam os sistemas de informações geográficas (SIG), os sistemas de posicionamento global (GPS) e o sensoriamento remoto por meio de imagens de satélite.

No estado do Tocantins, as diversas cadeias de valor do agronegócio atuam de forma sinérgica, como a de grãos e a de cana-de-açúcar. Com as aglomerações setoriais existentes, a presença de fornecedores de insumos e serviços, a disponibilidade de mão de obra, a existência – e investimentos em curso – de infraestrutura logística e o ambiente favorável à busca e à disseminação de inovações tecnológicas criam cenário benéfico para o aproveitamento de todas as oportunidades oferecidas pelo estado.

Para finalizar, celebrado em mais de 150 países, o Dia Mundial da Alimentação – 16 de outubro – marca a fundação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em 1945. É uma importante data para conscientizar a opinião pública sobre as questões da nutrição e da alimentação. A mensagem para 2016 é "O clima está mudando. A alimentação e a agricultura também devem mudar". Também faz parte das homenagens deste mês o Dia Internacional das Cooperativas de Crédito (DICC), cujo tema para 2016 será "A cooperação que faz a diferença". ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
MARCOS AZAMBUJA
A VOCAÇÃO AGRÍCOLA DO PAÍS ERA NÍTIDA DESDE O PRIMEIRO MOMENTO

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
RECUPERAÇÃO OU ESPASMO?

15 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 CAPA PREÇO DO LEITE E DE DERIVADOS
DEPOIS DA FORTE ALTA, A EXPECTATIVA É DE QUEDA

20 CAPA LEITE E DERIVADOS
O DESAFIO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL

22 AÇÚCAR
A INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL

25 CAPA TOCANTINS
TERRA, ÁGUA E LOGÍSTICA TRANSFORMAM POTENCIAL EM REALIDADE

28 GESTÃO

28 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO
PAPEL IMPORTANTE PARA A SUSTENTABILIDADE DO AGRO

31 CAPA FRONTEIRAS AGRÍCOLAS
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

34 CONTEÚDO ESPECIAL

34 DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

39 ANEC
IMPREVISIBILIDADE E MUDANÇA DE CENÁRIO

44 FAESP
PEC Nº 215: UMA JUSTA MUDANÇA

45 SINDIVEG
IMPORTAÇÕES DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
LARANJA DOURADA

47 PRODUZIR
REVISITAR O ITR EM BUSCA DA RENTABILIDADE

48 OPINIÃO
O PLANO ABC PAULISTA

49 REFLEXÃO
REFAZER O PAÍS

50 ESTATÍSTICA

A VOCAÇÃO AGRÍCOLA DO PAÍS ERA NÍTIDA DESDE O PRIMEIRO MOMENTO

MARCOS AZAMBUJA

DIPLOMATA DE CARREIRA NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)

DA REDAÇÃO



REPRODUÇÃO

Diplomata de carreira no Ministério das Relações Exteriores (MRE), exerceu as funções de embaixador do Brasil na Argentina (1992-1997) e na França (1997-2003), secretário-geral do Itamaraty (1990-1992), coordenador da Conferência Rio-92 e chefe da Delegação do Brasil para Assuntos de Desarmamento e Direitos Humanos, em Genebra, na Suíça (1989-1990).

É autor de livros e ativo palestrante sobre temas relativos a relações internacionais nos seguintes campos: desarmamento, desenvolvimento sustentável, integração regional, direitos humanos, Antártica e política espacial.

Foi vice-presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Conselho Curador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, do Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (GACInt/USP).

AGROANALYSIS: ESTAMOS ORGANIZADOS PARA TERMOS PAPEL DE PROTAGONISMO E LIDERANÇA NO AGRONEGÓCIO MUNDIAL?

MARCOS AZAMBUJA: Temos uma produção agropecuária imensa e uma população ordeira. Se não dermos certo, o mundo também não dará, porque perderá um de seus grandes modelos. Somos a síntese do mundo, desiguais e multirraciais. Nessa direção, o agronegócio faz parte da nossa solução, e não do problema.

Internamente, precisamos fazer muitas pontes. Mais do que nunca, conversarmos sem aceitarmos

o jogo maniqueísta do bem contra o mal. Temos de diminuir isso para evitar a divisão do País em facções, o que levará um tempão para se reabsorver. Precisamos de grandes homens, com a mistura dos perfis de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Rui Barbosa. Queríamos já estar na outra margem, com a travessia do rio já feita. Não queremos vinganças ou retribuições, mas sim o País inteiro e sem ressentimentos.

A VOCAÇÃO AGRÍCOLA FAZ PARTE DOS PRIMEIROS REGISTROS DO PAÍS?

MA: A primeira informação tem 516 anos, na carta escrita por Pero Vaz de Caminha para o rei de Portugal. Ele descrevia a existência de uma terra ampla, vasta, chã, cheia de águas e com o clima ameno. A vocação agrícola era nítida desde o primeiro momento. Esse era o nosso destino. É curioso, mas, até agora, não conseguimos entender esta primeira mensagem do negócio nacional ser o agronegócio. O próprio nome do Brasil vem de uma madeira que produzia certas tinturas, o seu primeiro produto comercializado com o mundo.

Na heráldica nacional, as armas e os escudos do Brasil apresentam nos seus flancos folhas de tabaco e café. Portanto, a agricultura está presente da maneira mais emblemática. É uma obviedade extraordinária entender a vocação agropastoril do Brasil. Não conheço ninguém que chega até aqui e, depois de uns dias, não se dê conta da naturalidade irresistível dessa vocação. Ao longo dos séculos, lutamos para transformar esse destino irresistível em vocação igualmente resistível.

A VISÃO PREDOMINANTE SEMPRE PENDEU PARA O FASCÍNIO E O ENCANTAMENTO COM A CIDADE?

MA: O Brasil maltratou a sua agricultura. Era um desprestígio trabalhar no campo, tida como uma atividade modesta e manual, ligada à escravidão, apesar de, durante muito tempo da nossa história, termos sido um país essencialmente rural. Éramos um arquipélago de fazendas, onde a vida se dava, com a existência de algumas cidades. Essa ideia

> “...OS RECURSOS AGROPECUÁRIOS FORAM TRANSFERIDOS PARA ALIMENTAR A INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS.”

levou muito tempo para ser desvencilhada e ainda não está totalmente dominada. Existem núcleos de resistência.

Durante o século XX, o desprestígio da agricultura tinha uma falsa legitimação científica, com base em três motivos. Primeiro, havia a teorização de que a indústria tinha um prestígio e uma qualidade maiores. Segundo, um país agrícola tinha um destino inexorável de pobreza e marginalidade, com a degradação das suas relações de troca. Terceiro, havia a ideia de a indústria promover a urbanização.

HAVIA O PENSAMENTO DE QUE O FUTURO E O PROGRESSO ESTAVAM NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO URBANA?

MA: Essa constatação é bem real. Durante o século XX, a influente Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sugeria que a indústria acumulava tecnologia, enquanto a agricultura ficava mais ou menos no remanso de não querer. Assim, os recursos agropecuários foram transferidos para alimentar a industrialização do País. Não era um erro, mas uma necessidade. Embora tivéssemos condições agropecuárias extraordinárias, a nossa tecnologia era rudimentar.

Por isso, rejeitamos essa ideia de uma supremacia industrial sobre o agropastoril, e vice-versa. Fomos criados com a ideia de que a possibilidade

de incorporação do Cerrado ao Brasil produtivo não existia. Assistimos a uma dupla revolução: a viabilidade do Cerrado e o ganho na ciência e na tecnologia agrária com o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e das universidades.

A TECNOLOGIA TROUXE UMA NOVA REALIDADE PARA O SETOR?

MA: A dimensão do agronegócio deu grandeza ao Brasil. A sua demonstração de protagonismo tem até despertado ações protecionistas, na tentativa de entrada dos produtos brasileiros nos mercados internacionais. A agricultura e a pecuária brasileiras cresceram muito em tecnologia e genética nos últimos anos. Esse movimento é o verdadeiro inventor de um Brasil incentivador do desenvolvimento da agricultura.

Na minha família, de longas raízes neste País, a ideia era de as pessoas virem do campo para a cidade, como se fossem patamares sucessivos de uma marcha. Não era a ideia de alternativas equivalentes de vida. E a cidade de referência era o Rio de Janeiro. Criamos a mitologia urbana e uma falsa sedução, enquanto a qualidade de vida em nossas cidades ficou muito ruim, com favela e pobreza. O Brasil negou-se a si mesmo. A nossa única grande guerra foi a agrícola.

> “TRABALHAREMOS COM MAIS FOCO PARA FAZER UMA DIPLOMACIA DE RESULTADOS.”

HOJE, O AGRONEGÓCIO BATE NA PORTA DO ITAMARATY PARA AMPLIAR SEUS NEGÓCIOS NO MERCADO EXTERNO?

MA: Há uma oportunidade de cooperação crescente entre a diplomacia e o agronegócio. Temos uma inserção multilateral competente. Há grandes exemplos, como as chefias de brasileiros na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Essa é uma vantagem estratégica importante e de influência real. Deixamos de ser um ator econômico secundário para ser um protagonista. Somos o terceiro maior exportador mundial de alimentos. Chegaremos a uma posição de grande potência como um país inteiro, e não aos pedaços. Somos um dos países do BRICS, grande e emergente por causa da agropecuária, diferentemente da excelência da produção do Japão, da Coreia, da Suíça etc.

COM QUE FOCO O ITAMARATY E O AGRONEGÓCIO PODEM ANDAR DE MÃOS DADAS?

MA: No final do século XX, apostamos bem nos grandes arranjos mundiais, nos ciclos da OMC das Rodadas Uruguai e Kennedy. Depois, ficamos prisioneiros de acordos multilaterais e mais globais. Isso é bom, mas um tanto burocrático e lento. Daí precisarmos trabalhar de forma mais fragmentada e em pedaços, com acertos bilaterais, sub-regionais e plurirregionais.

Como primeiro ponto, devemos estar com os melhores sócios para negociarmos sem preconceito ideológico. Em segundo lugar, devemos fazer uma política de aproximação para os países vizinhos escoarem seus produtos por meio dos nossos sistemas rodoviário, ferroviário e portuário. Em terceiro, devemos conseguir uma melhor qualificação dos produtos, pois o protecionismo é muito usado para impedir a entrada de produtos de outros lugares, sob a alegação de proteção às saúdes animal e vegetal. Fui embaixador na França, onde as cidades têm um produto consagrado pelo nome. Então, Chambourcy é um lugarejo, mas é, também, uma marca de produtos lácteos conhecida mundialmente.

FALAMOS EM UMA PARCERIA COM MAIS FOCO E RESULTADO, MENOS TEORIA E MAIS PRÁTICA?

MA: Existem análises que levam a mais perguntas do que respostas e mais dúvidas do que certezas. Possuímos muitas afinidades entre os países da América do Sul, dos pontos de vista cultural, histórico e logístico. Somos praticamente uma comunidade. Mas, há predominância intensa de um posicionamento populista, nacionalista e protecionista. Estes ingredientes não levam a uma integração.

Se dependesse apenas do agronegócio, o Brasil não estaria em recessão, seria apenas um país em crescimento reduzido. Isso é um dado essencial. Trabalharemos com mais foco para fazer uma diplomacia de resultados. Os países não mudam tanto por autorreflexão, mas por pressão externa, em função de acabarem os espaços. Não há outro jogo a jogar. Portanto, vamos nos integrar e competir, com abertura e menos barreiras.

OS PARADIGMAS CONTRA O AGRO CONTINUARÃO A SEREM QUEBRADOS?

MA: Primeiramente, do lado interno, vamos rejeitar essa ideia de uma supremacia industrial sobre o agropastoril, e vice-versa. Fomos criados com a ideia de que a possibilidade de incorporação do Cerrado ao Brasil produtivo não existia. Assistimos a uma dupla revolução: a viabilidade do Cerrado e o ganho promovido pela pesquisa e pela Ciência Agrária com o trabalho da Embrapa e dos centros estaduais.

Na parte externa, durante anos, fomos vistos como destruidores do meio ambiente. Achávamos que era uma conspiração para nos mantermos pobres. Foram feitas bobagens, mas não devemos ter complexo de culpa. Existem imensas áreas preservadas, numa atitude mais saudável e consciente. Demos conta, portanto, de que esse cuidado não é para os outros, mas para nós mesmos. ■



FRASES & COMENTÁRIOS

"As mudanças anunciadas pelo Governo terão reflexos imediatos nos elos das cadeias produtivas, ao imprimir maior rapidez na liberação dos registros dos produtos agropecuários, evitando duplicidade de ações e prejuízos ao produtor."

JOSÉ MÁRIO SCHREINER, vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), a respeito do Plano Agro+, para reduzir a burocracia no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)



SISTEMAFAEMG.ORG.BR

"Há mais de seis décadas, o queijo mineiro artesanal, com três séculos de tradição, não pode ser vendido fora das fronteiras do estado, por representar 'um risco à saúde de todos os brasileiros'."

ROBERTO SIMÕES, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Sistema FAEMG), sobre a necessidade de se retomarem as negociações sobre o comércio dos derivados de leite e das carnes produzidos em Minas Gerais

"Não há como o desenvolvimento do estado continuar no ritmo da última década, sem energia a preço compatível com todo o processo industrial."

RUI PRADO, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), durante o 1º Congresso de Bioenergia de Mato Grosso e o 3º Congresso do Setor Sucroenergético do Brasil Central (CANACENTRO)

"A certificação da carne é um importante passo para o crescimento da pecuária no País e das próprias associações de criadores, atestando a qualidade do produto para os consumidores no Brasil e no exterior."

CARLOS SPEROTTO, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), na assinatura dos protocolos de rastreabilidade de adesão voluntária das associações de raças bovinas com a CNA

"A questão da automação vai desde o uso de *drones* até o desenvolvimento de máquinas e equipamentos mais avançados na linha da agricultura de precisão, com agenda de uso mais eficiente dos insumos e da água."

LADISLAU MARTIN NETO, diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), apontando as tecnologias para enfrentar as mudanças climáticas e o risco de perdas das safras



FAEP.COM.BR

"Não adianta haver os avanços tecnológico e científico se o produtor e os trabalhadores que o cercam não estiverem preparados para colocar o conhecimento em prática no seu dia a dia."

ÁGIDE MENEGUETTE, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Sistema FAEP), a respeito da necessidade de capacitar trabalhadores e produtores

"Insisto que todos os líderes, particularmente os da Cimeira do G-20, mostrem a sua liderança, acelerando os seus processos de ratificação internos, para que possamos converter as aspirações em ações transformadoras de que o mundo necessita urgentemente."

BAN KI-MOON, secretário-geral das Nações Unidas, solicitando aos membros do G-20 que ratifiquem o acordo para combater as alterações climáticas alcançado na Cimeira do Clima de Paris (COP-21), como fizeram os EUA e a China

RECUPERAÇÃO OU ESPASMO?

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

AS ÚLTIMAS semanas foram marcadas pelo retorno do otimismo em vários setores da economia brasileira. Este otimismo tem condicionado boa parte das expectativas acerca da nossa economia: as projeções para a recessão de 2016 se tornaram um pouco mais moderadas e sinalizam para um crescimento da ordem de 1% no ano que vem. Como reflexo desse processo, alguns segmentos começaram a esboçar alguma melhora nas vendas recentemente, sancionando a perspectiva de que, potencialmente, o pior tenha ficado para trás.

Obviamente, esse fenômeno tem conexão intrínseca com o encaminhamento do desfecho da crise política, que culminou com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. O desanuviar desta crise, associado a um novo governo que se mostrou minimamente funcional e que conseguiu restabelecer relações funcionais com o Congresso, levou a uma clara percepção de melhora da governabilidade. Ao mesmo tempo, o redirecionamento da orientação de política econômica para diretrizes essenciais de reconstrução dos fundamentos macroeconômicos contribui para a melhora do humor dos agentes econômicos.

O ponto central nesse processo é saber se esse otimismo sustentará uma retomada da atividade econômica no médio prazo. De fato, o País ingressou na mais severa recessão dos últimos cem anos da pior forma possível. Em um contexto de queda acentuada e prolongada da renda como a que o Brasil enfrenta atualmente, a demanda agregada do setor privado doméstico está em retração. A dinâmica de pessimismo que se instaura no ambiente privado nesse processo potencialmente gera uma espiral depressiva dessas componentes de demanda, levando a uma recessão profunda e prolongada. Nesse quadro, a demanda do setor privado doméstico demora a se recuperar por si só, o que se traduz em uma queda da renda por um período prolongado, com elevados custos sociais. O evento mais marcante de uma dinâmica dessa natureza ocorreu na Grande Depressão norte-americana na década de 1930. Por conta disso, os governos, desde então, passaram a atuar com política econômica para afetar a demanda agregada e, com isso, abreviar os ciclos recessivos.

No caso brasileiro, o profundo desajuste das contas públicas inviabiliza a utilização dos instrumentos de política fiscal para estimular a demanda agregada e a produção. Do lado da política monetária, as limitações em termos de estímulos também são grandes: a inflação elevada não permite que o Banco Central promova uma política monetária expansionista, via corte da taxa de juros, para estimular o consumo e os investimentos. Ao mesmo tempo, a taxa de câmbio no patamar atual não tem representado um elemento que estimule a demanda pelo canal do setor externo. De fato, as exportações brasileiras seguem virtualmente estagnadas.

A somatória desses fatores sugere que o Governo não dispõe de instrumentos de estímulo à demanda agregada neste momento para reverter o ciclo recessivo. Some-se a isso o fato de que as famílias ainda se encontram relativamente endividadas e com orçamento apertado. Esse fenômeno sugere que existe pouco espaço para uma retomada mais robusta da economia brasileira neste momento.

Isso significa que não existem elementos palpáveis que indiquem a ocorrência de uma recuperação

sustentada da economia brasileira em breve. Ao contrário, o aumento do desemprego tende a contrapor esse movimento no curto prazo, podendo representar um vetor contrário ao sentido da recuperação.

Evidentemente, o ambiente político e econômico melhorou no País nas últimas semanas. No entanto, o Governo ainda enfrenta limitações significativas quanto ao uso dos seus instrumentos para estimular a economia no segundo semestre. Ao contrário disso, as reformas propostas e os ajustes necessários nas contas do Governo têm caráter recessivo.

A síntese da análise indica uma forte probabilidade que estejamos atravessando uma recuperação da atividade econômica que não necessariamente será sustentável ao longo do tempo. Em outras palavras, podemos estar observando apenas um espasmo de crescimento, e não uma recuperação de fato, neste momento. ■

SHUTTERSTOCK



fgv.br/eesp



MELHOR DO QUE VER SEUS NEGÓCIOS SE EXPANDINDO NO HORIZONTE É VER QUE SEU HORIZONTE TAMBÉM PODE SE EXPANDIR.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

O MERCADO PEDE UM *EXPERT*.
E ELE PODE SER VOCÊ.

O agronegócio é um mercado que oferece grandes desafios e oportunidades. E com o Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP, você fica preparado para tirar o melhor de todos esses momentos. Aprofunde-se na análise e gestão de empresas do setor. Seja um *expert*.

Inscreva-se até 11/11/2016.

FGV EESP
O que é FGV é referência.

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

QUEBRA DE CICLO NOS GRÃOS

Entre as culturas de grãos na safra 2015/16, apesar da área recorde plantada, a produção é a mais baixa desde a registrada na safra 2012/13. Essa quebra rompe um ciclo de crescimento na produção de grãos de dez anos agrícolas, a partir de 2004/05. A principal causa foi a falta de chuvas que afetou a colheita nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. O escoamento da produção pelos canais de exportação também deverá ser menor. A perda de renda é estimada como próxima de R$ 20 bilhões, aos preços vigentes no mercado. Isso implica prorrogações e negociações das dívidas contraídas na temporada passada. É nesses momentos que se amarga a falta de uma política de seguro rural.

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS

SAFRA	Área (mil hectares)	Produção (mil toneladas)
2004/05	49.068	114.695
2005/06	47.868	122.531
2006/07	46.213	131.751
2007/08	47.411	144.137
2008/09	47.674	135.135
2009/10	47.416	149.255
2010/11	49.873	162.803
2011/12	50.885	166.172
2012/13	53.563	188.658
2013/14	57.060	193.622
2014/15	57.915	207.770
2015/16	58.312	186.404

Fonte: Conab

CÂMARA E SENADO APROVAM O ACORDO DE PARIS

A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram o Acordo de Paris, celebrado em dezembro de 2015, na 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O pacto determina uma diminuição na emissão de gases do efeito estufa (GEEs) dos países e substitui o Protocolo de Kyoto. O texto propõe limitar o aumento da temperatura mundial "bem abaixo de 2°C" até 2100 e fazer "esforços para limitar o aumento a 1,5C°". Um dos efeitos dos GEEs é o aumento na temperatura do Planeta, o que é prejudicial para a agricultura, a biodiversidade e a vida de todos na Terra.

DEZ ANOS DA MORATÓRIA DA SOJA

Em 2006, o Greenpeace publicou o relatório "Comendo a Amazônia" sobre os impactos negativos da expansão da soja no bioma amazônico. Após isso, as redes varejistas da Europa e as ONGs ambientalistas exigiram medidas ambientais na região. Assim, em 24 de julho de 2006, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), em torno do Grupo de Trabalho da Soja (GTS), instituíram a Moratória da Soja, com proposta de duração de dois anos, mas mantida e renovada a cada ano depois de 2008.

A Moratória mapeia e monitora 87 municípios nos estados de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Amapá, produtores de 98% da soja no bioma. Atualmente, a sojicultura responde por 0,8% do desmatamento nesta região, e este vem em queda desde 2006. Em maio deste ano, o acordo foi renovado por tempo indeterminado. Uma das alternativas será a implantação de um sistema de monitoramento baseado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) quanto ao fornecimento do crédito agrícola, a partir de dezembro de 2017.

CAMINHO DA COP-22

As atenções voltam-se para a COP-22, a ser realizada em Marrakech, no Marrocos, durante novembro próximo. O desafio desta conferência será encontrar os parâmetros comuns e as regras claras para cumprir a meta de zerar as emissões líquidas de carbono até 2050, conforme estabelecido no Acordo de Paris (COP-21). As partes deverão completar o acordo, com o detalhamento, por exemplo, das modalidades do sistema de transparência. É um trabalho de preparação para a COP-23, de 2018, com a ambição e o reforço da cooperação entre os países na adaptação às mudanças climáticas.

COOPERAÇÃO QUE FAZ A DIFERENÇA



No mundo, cerca de 233 milhões de pessoas utilizam as 57 mil cooperativas de crédito espalhadas nos seis continentes. Celebrado anualmente na terceira quinta-feira de outubro, o Dia Internacional do Cooperativismo de Crédito (DICC) chega aos territórios onde há movimento cooperativo financeiro no Planeta. Neste ano, a comemoração cairá no dia 20. Esta data relembra o passado e comemora as conquistas que evoluíram o ato da cooperação e a união movida por objetivos comuns. Esta é a semente do modelo cooperativo financeiro: unir e mover-se adiante. Hoje, o cooperativismo de crédito integra o dia a dia de milhões de pessoas ao redor do mundo, formando verdadeiras comunidades mundiais adeptas à cultura cooperativista para suprir suas necessidades financeiras.



DESBUROCRATIZAÇÃO DO MAPA

Com o Plano Agro+, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) busca alcançar mais eficiência e menos burocracia, com a tomada de 69 medidas depois de analisadas 315 demandas apresentadas por 88 entidades do agronegócio brasileiro. Mais de 13 mil leis regem o arcabouço legal do Ministério, segundo Eumar Novacki, secretário executivo do MAPA.

Resumo das medidas

Ações imediatas

- Fim da reinspeção nos portos e nos carregamentos vindos de unidades com Serviço de Inspeção Federal (SIF);
- Lançamento do sistema de rótulos e produtos de origem animal;
- Alteração da temperatura de congelamento da carne suína de -18°C para -12°C;
- Isenção de registro para estabelecimentos comerciais de produtos veterinários;
- Aceite de laudos digitais também em espanhol e inglês.

Segunda etapa (60 dias)

- Utilização de contêineres para armazenamento de produtos lácteos;
- Simplificação de procedimentos da vigilância internacional, em portos e aeroportos.

Terceira etapa (120 dias)

- Atualização do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), de 1952.

PRAZO AMPLIADO PARA REGISTRO NO CAR

O presidente Michel Temer sancionou o Projeto de Lei de conversão da Medida Provisória (MP) que prorroga para 31 de dezembro de 2017 o prazo para inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Antes de a MP ser editada pelo governo federal, o prazo para a inscrição terminava no último dia 5 de maio. O cadastro é um registro eletrônico obrigatório, feito pela internet, que serve como base de dados para o Governo monitorar e controlar o desmatamento de florestas, bem como canal de acesso de produtores ao crédito agrícola e a outros subsídios do Governo.

MODERNIZAR AS NORMAS DO CODEX ALIMENTARIUS

Criado em 1963 pelas Nações Unidas, por ato da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Codex Alimentarius é responsável pela normatização dos alimentos processados, semiprocessados ou crus. Este fórum internacional é integrado por cerca de 180 países. Pela sua importância no mercado mundial, o Brasil deve aumentar a sua interação com o Codex. De acordo com o coordenador da Comissão de Defesa Agropecuária do Instituto Pensar Agro (IPA), Ênio Marques, da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): "como a legislação ficou antiga quanto aos preceitos para garantir segurança alimentar e o comércio justo, as entidades do setor precisam ajudar no seu aperfeiçoamento".

MÚTUA
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA
GECOM/2016

O SEU AGRONEGÓCIO MAIS COMPETITIVO

O dia 12 de outubro é um dos momentos mais especiais, para nós, da Mútua.

Por isso, aqui, você, engenheiro agrônomo, tem crédito para fomentar a sua atividade agropecuária, aumentando a produtividade das culturas, reduzindo os custos de produção e, consequentemente, maximizando o retorno dos seus investimentos.

12 de outubro
Dia do Engenheiro Agrônomo

O benefício *Agropecuário* é destinado à aquisição de materiais, insumos ou equipamentos agrícolas. Com os recursos é possível, por exemplo, adquirir um conjunto padronizado de irrigação por aspersão, que permitirá a implantação dessa técnica de maneira correta e eficaz em culturas irrigadas.

A Mútua é a sua maior aliada nas consquistas de todos os desafios da vida. Não somente, no dia 12, mas todos os dias. Conte com a gente sempre!

ASSOCIE-SE!
0800 61 0003
www.mutua.com.br

Utilize o QR Code ao lado
e faça uma simulação do benefício

Sistema CONFEA CREA
MÚTUA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA
Mútua de Assistência
@comunicaMutua

PREÇO DO LEITE E DE DERIVADOS

DEPOIS DA FORTE ALTA, A EXPECTATIVA É DE QUEDA

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

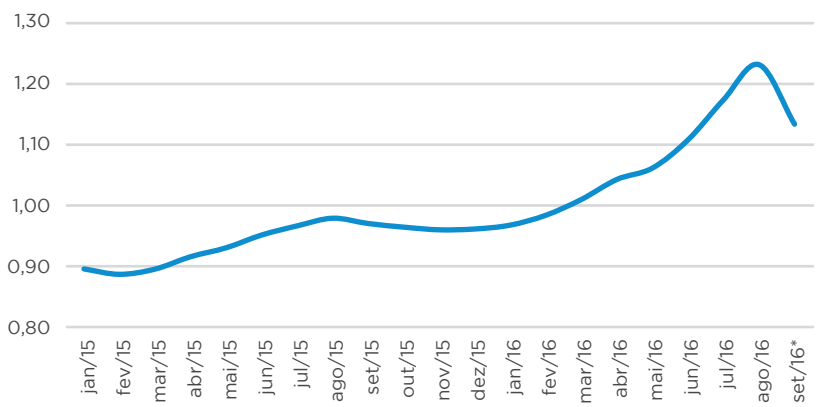
GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

COM A virada recente no mercado, a expectativa é de baixa nos preços do leite. As cotações dos lácteos já caíram no atacado, e, no mercado *spot* (leite comercializado entre as indústrias), há, também, um processo de queda no preço desde a segunda quinzena de julho. Isso indica um cenário de menor concorrência e estoques maiores de leite longa vida nos laticínios.

A demanda interna patinando desde o ano passado, principalmente para os produtos de maior valor agregado, deve colaborar com esse ambiente de baixa no curto e no médio prazos. Para o produtor, fica o alerta com relação a quedas nos preços do leite nos próximos meses.

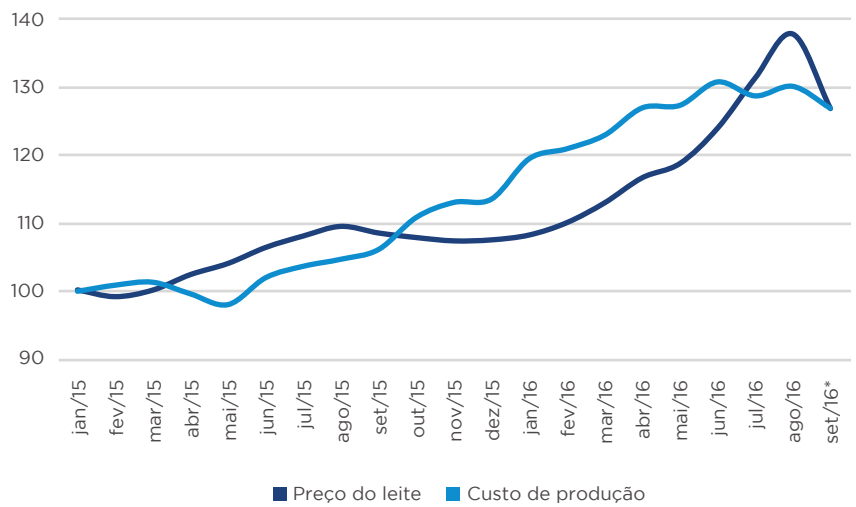
Apesar dos recuos nos preços do milho e do farelo de soja em agosto e setembro, as cotações estão historicamente elevadas e seguem pesando no bolso. Por outro lado, com as chuvas mais regulares a partir deste mês, espera-se uma melhoria das condições das pastagens e menor necessidade de suplementação concentrada dos animais, com alívio nos custos de produção.

BRASIL: PREÇO MÉDIO PAGO AO PRODUTOR DE LEITE, SEM O FRETE
(R$/L)



* Estimativa
Fonte: Scot Consultoria

BRASIL: PREÇO PAGO E CUSTO DE PRODUÇÃO DO LEITE PARA O PRODUTOR
(BASE 100 = JANEIRO DE 2015)



* Estimativa
Fonte: Scot Consultoria

O MERCADO EM 2016

A menor disponibilidade de matéria-prima (leite cru) na temporada puxou para cima os preços do leite e de derivados no primeiro semestre de 2016. Considerando a média nacional, os preços pagos aos produtores subiram 27,5% de janeiro até o pagamento realizado em agosto (produção entregue em julho).

Segundo o Índice Scot Consultoria de Captação de Leite, no acumulado de janeiro a agosto, a produção nacional diminuiu 0,8% em relação ao mesmo período de 2015, quando o volume captado já havia, por sua vez, caído 2,8% frente ao exercício anterior. A entressafra deste ano teve como agravante as condições climáticas adversas (estiagem no Brasil Central e na região Sudeste, e excesso de chuvas no Sul do País), além, é claro, da alta dos custos de produção, com destaque para o milho.

Depois das fortes altas, o mercado nacional do leite perdeu sustentação. Desde junho, as comparações mensais mostram aumento da produção nos estados de peso da região Sul. Mais recentemente, a produção também mostrou crescimento em Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

Ainda que os incrementos na produção tenham sido mais comedidos em 2016 quando comparados com os dos anos anteriores, a maior disponibilidade de matéria-prima diminuiu, em parte, a concorrência entre os laticínios. A partir deste mês, com a entrada da produção no Sudeste e no Brasil Central, a oferta deve aumentar com mais força, de modo a consolidar o período de safra nestas regiões.

Desta maneira, os preços, historicamente, tendem a cair neste quarto trimestre, com a retomada da produção em importantes bacias leiteiras. Outro ponto a se considerar com maior peso é o ritmo das vendas de lácteos na ponta final da cadeia. Esse escoamento foi prejudicado pelos aumentos expressivos de preços no primeiro semestre, em especial do leite longa vida. O produto chegou a ser vendido nos valores máximos acima de R$ 5,80 por litro nos supermercados em São Paulo.

Esse quadro gerou estoque na indústria, com pressão forte sobre o preço do tipo de leite longa vida no segmento atacadista. Em julho último, os negócios foram fechados, em média, a R$ 3,65 por litro nas indústrias, frente aos R$ 2,50 por litro em setembro. ■

LEITE E DERIVADOS

O DESAFIO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL

GLAUCO RODRIGUES CARVALHO
Pesquisador da Embrapa Gado de Leite

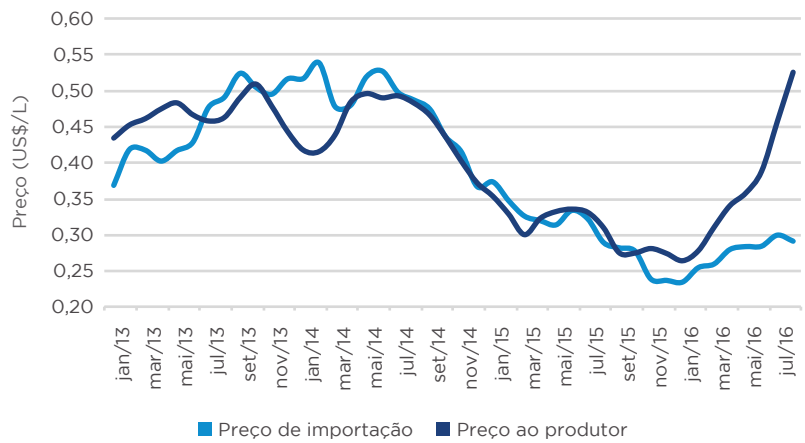
JULIANA MOTA MONTEIRO DA SILVA
Estudante de Economia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

CLESIANE DE OLIVEIRA CARVALHO
Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA)

A COMPETITIVIDADE do Brasil no agronegócio mundial é observada em vários mercados de *commodities*, assumindo papel de destaque na produção e na exportação de inúmeros produtos agroalimentares. O País apresenta, também, relevância na produção de lácteos, sendo o quarto maior produtor mundial.

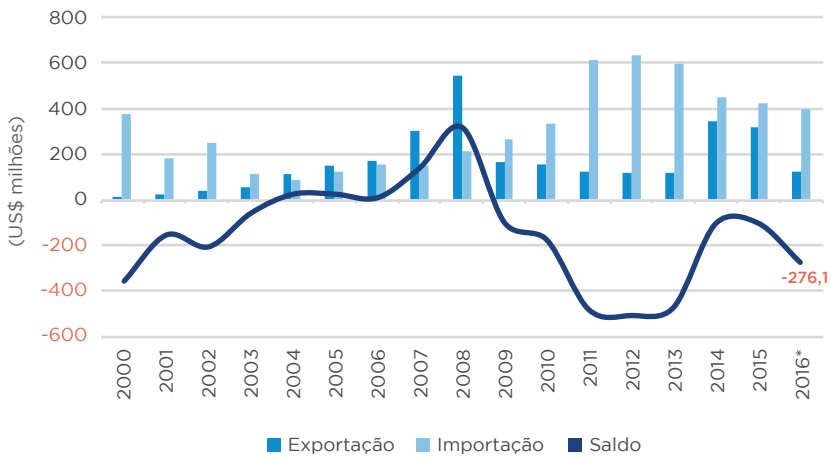
A balança comercial de leite e derivados, no entanto, mostra uma situação de fraca competitividade, tendo representado apenas 0,36% das exportações do agronegócio e tímidos 0,17% do total geral das exportações em valor no ano de 2015. O Brasil é, historicamente, um importador líquido de produtos lácteos e encontra dificuldades em mudar tal posição. Grande parte desse déficit explica-se pela alta competitividade das importações em relação ao preço doméstico. Importar produtos lácteos está mais barato do que os produzir internamente. O leite em pó, por exemplo, chega ao Brasil ao preço de US$ 0,29 por litro de leite. Por outro lado, considerando o mês de agosto como referência, o preço ao produtor foi de US$ 0,52 por litro. Enquanto isso, em junho, o preço internacional ao produtor foi de US$ 0,26 por litro na Nova Zelândia, US$ 0,24 por litro na Alemanha e US$ 0,29 por litro na Argentina.

PREÇO DO LEITE AO PRODUTOR *VERSUS* PREÇO DE IMPORTAÇÃO
(US$/L)



Nota: preço de importação baseado no equivalente litro de leite considerando o leite em pó integral
Fonte: MDIC; Cepea; BACEN; Embrapa

BALANÇA COMERCIAL DE LEITE E DERIVADOS



* Janeiro a agosto
Fonte: MDIC; Embrapa

As importações de leite e derivados já atingiram US$ 397 milhões no acumulado do ano até agosto de 2016, sendo 65% deste valor referentes a leite em pó. Com isso, o déficit comercial em lácteos atingiu US$ 276 milhões. O crescimento das importações no período recente foi devido à combinação de preços domésticos em elevação (baixa oferta no Brasil) e preços internacionais em patamar deprimido (grande oferta da UE). Para tentar conter um pouco a alta de preços ao consumidor brasileiro, o Governo autorizou a reconstituição do leite em pó para a produção de UHT nas regiões de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) pelo período de um ano. As importações de lácteos, em volume, estão em torno de 5% da captação nacional de leite, e as compras só não estão sendo maiores devido à queda de produção no Uruguai e na Argentina – queda esta que atingiu cerca de 13% comparando-se o primeiro semestre de 2016 com o mesmo período de 2015. Outro fator relevante é a renovação das cotas de importação de leite em pó argentino, estabelecendo um volume-teto de 4,3 mil toneladas por mês de junho de 2016 a maio de 2017.

A tendência é que esse diferencial entre os preços domésticos e internacionais se reduza nos próximos meses, em função do declínio sazonal dos preços no Brasil e da recuperação das cotações no mercado internacional. Existe um ambiente externo de baixa rentabilidade em vários países. No caso dos europeus, a euforia pós-fim das cotas está dando lugar a um ambiente, também, de crise de rentabilidade. Assim, a tendência é que a expansão da oferta ocorra em menor ritmo e os preços sigam em trajetória de elevação, ainda que moderada.

De todo modo, o setor lácteo brasileiro continuará apresentando dificuldades em competir internacionalmente. O desafio das exportações passa por vários fatores, alguns dos quais podem ser transpostos por ações da cadeia produtiva, tais como maior escala de produção, baixo custo de matéria-prima, aproveitamento das vantagens comparativas e estratégias bem definidas de abertura do mercado. Outras ações, que não dependem apenas dos agentes da cadeia produtiva e afetam diretamente a competitividade brasileira, são: uma boa política sanitária; negociações comerciais que levem à redução de barreiras ao comércio; suporte governamental em problemas cotidianos de transações; desoneração tributária; baixo custo logístico; e uma taxa de câmbio favorável.

O setor tem sido muito penalizado pelo custo Brasil, devido às estradas rurais precárias, aos altos encargos trabalhistas, à baixa produtividade da mão de obra e aos altos custos de energia elétrica. A baixa produtividade das vacas e a fragmentação da estrutura produtiva também aumentam os custos de produção, tornando a realização da inserção internacional cada vez mais distante. ■

AÇÚCAR

A INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL

PLINIO M. NASTARI
Presidente da DATAGRO Consultoria

DESDE A assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) aspira atuar como verdadeira união aduaneira, permitindo o livre-comércio de bens e serviços entre seus membros e determinando uma tarifa externa comum para o comércio com terceiros. Decorrido um quarto de século, por conta de inúmeras exceções e uma integração incompleta, cresce a convicção de que o MERCOSUL tem se limitado, na prática, a ser uma área de livre-comércio. A situação mais gritante é a não integração do açúcar. Isso se deve à resistência da Argentina, sob a alegação infundada de uma assimetria que favoreceria economicamente a produção de açúcar do Brasil. A Argentina alega que a existência de um mandato de mistura de etanol na gasolina no Brasil – atualmente, é praticada a mistura de 27% +/- 1% em volume – gera um subsídio cruzado do etanol para o açúcar, tornando o açúcar mais competitivo.

Realmente, açúcar e etanol são produtos substitutos em produção no Brasil. A mesma matéria-prima – a cana-de-açúcar – utilizada para fabricar etanol é a que produz o açúcar, e existe uma certa flexibilidade no *mix* de produção praticado dependendo dos preços relativos. A alegada assimetria poderia ter algum fundamento se o preço do etanol fosse maior do que o do açúcar e se houvesse uma transferência de renda do etanol para o açúcar. No entanto, salvo em momentos de rara exceção, o preço do açúcar no mercado brasileiro e para exportação é sempre



SHUTTERSTOCK

PRODUÇÃO, CONSUMO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE AÇÚCAR EM 2016
(MILHÕES DE TONELADAS)

	Produção	Consumo	Exportações	Importações
Brasil	37,40	10,39	27,01	–
Argentina	2,22	1,98	0,22	–
Paraguai	0,16	0,13	0,04	0,01
Uruguai	0,04	0,14	0,01	0,12
União Europeia	16,80	18,65	1,35	3,20

Fonte: DATAGRO

maior do que o do etanol, e, portanto, se há alguma transferência de renda, ocorre na direção do açúcar para o etanol, e não o contrário.

A alegada assimetria poderia, também, ser um argumento a ser considerado se o mandato de mistura de etanol na gasolina fosse política exclusivamente praticada no Brasil. O governo do Brasil tem explicado que a mistura se dá por conta de uma política geral de combustíveis e meio ambiente que tem como objetivos atingir octanagem na gasolina sem o uso de aditivos que causem emissões indesejáveis e controlar a emissão de outros gases, como monóxido de carbono e hidrocarbonetos reativos geradores de *smog* fotoquímico. Essa é a mesma razão que justifica a mistura entre seus parceiros. No Paraguai, é praticada a mistura de 22% a 23% de etanol na gasolina. No Uruguai, a mistura é de 12%. A Argentina, até 2015, praticou a mistura de 5% de etanol na gasolina, tendo-a elevado, em 2016, para 12% e anunciado que pretende atingir 26%.

Vale lembrar que, desde a década de 1990, o etanol, foco da disputa, está integrado no MERCOSUL, havendo livre-comércio entre os seus membros e o estabelecimento de uma tarifa externa comum para o comércio com terceiros. Para o comércio de etanol entre o Brasil e os EUA, foi autorizada, a pedido do primeiro, uma exceção permitindo o comércio com tarifa zero entre os dois países.

Como membro desta incompleta união aduaneira, interessa ao Brasil, como maior produtor e exportador mundial, que o açúcar esteja integrado no MERCOSUL. Discussões de integração comercial com outros blocos econômicos que envolvam o produto pressupõem que ele esteja integrado para que a negociação possa ocorrer em bloco. O mesmo interesse não ocorre por parte da Argentina. Na safra corrente, de 2016/17, o Brasil deverá produzir 37,4 milhões de toneladas de açúcar, com 10,39 milhões de toneladas consumidas no mercado doméstico e exportações que devem atingir 27,01 milhões de toneladas, que correspondem a 45,2% das exportações mundiais. Na Argentina, a produção de açúcar em 2016/17 é estimada em 2,22 milhões de toneladas, para um consumo doméstico de 1,98 milhão de toneladas e exportação de 220 mil toneladas.

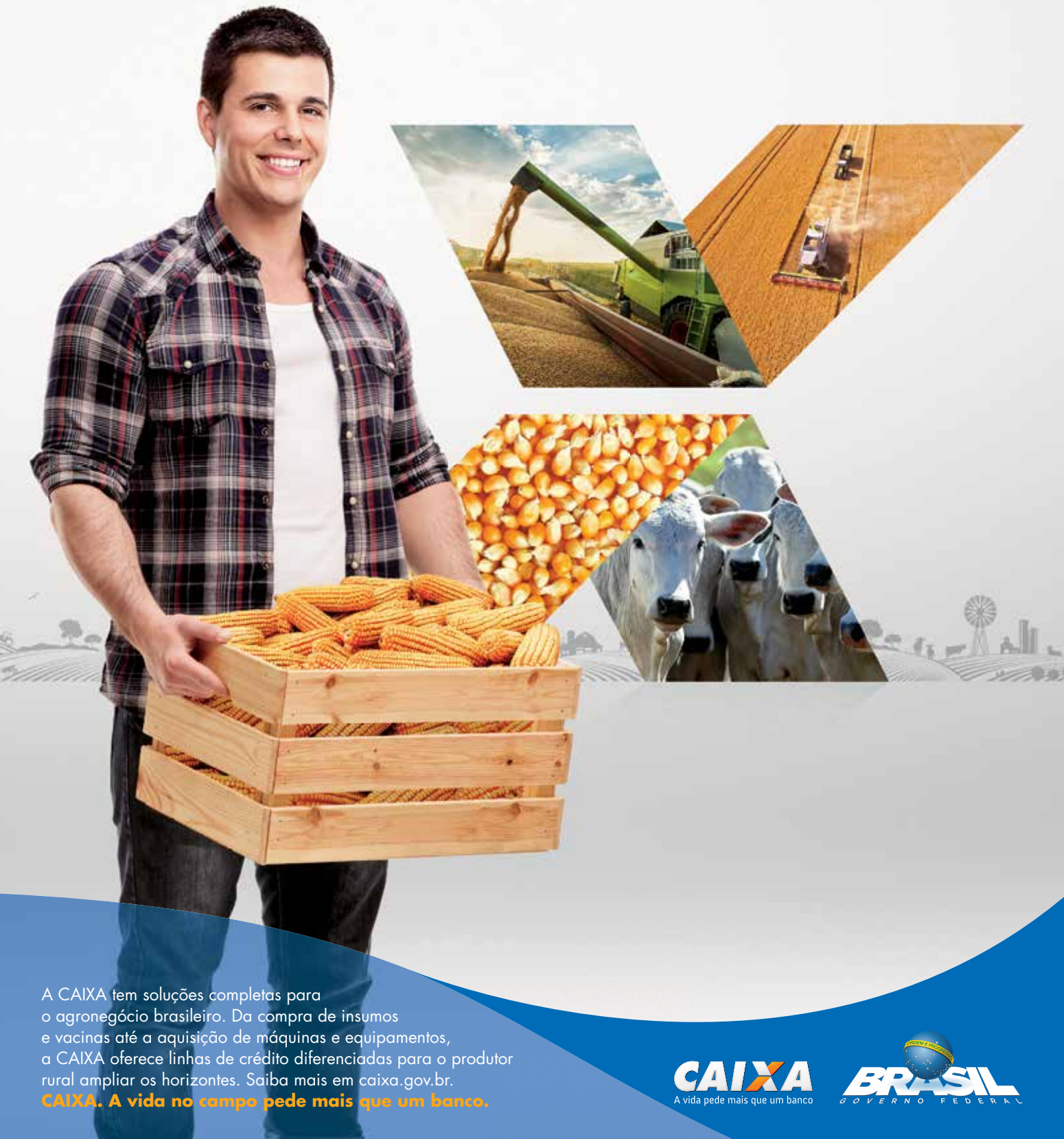
O Tratado de Assunção estabelece que as decisões do bloco sejam tomadas sempre em consenso. Isso significa que o bloqueio de qualquer um de seus membros impede que uma decisão seja adotada. É por essa razão que o açúcar permanece como único produto não integrado.

Em realidade, não deve interessar ao Brasil o mercado da Argentina, ou o dos outros membros do MERCOSUL. Suas produções domésticas estão naturalmente protegidas pelo diferencial de frete. Mas, como principal produtor e exportador mundial desta *commodity*, cujo consumo mundial cresce 3,5 milhões de toneladas ao ano, interessa ao Brasil que o açúcar esteja integrado na união aduaneira da qual faz parte.

A recente posição dos ministros José Serra, das Relações Exteriores, e Blairo Maggi, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no sentido de colocar a integração do açúcar na agenda da integração comercial, é acertada e pretende corrigir uma distorção inexplicável, em particular à luz da retomada das negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia. ■

CRÉDITO RURAL CAIXA: **PARA A SUA PRÓXIMA COLHEITA SER DE BONS RESULTADOS.**

SAC CAIXA – 0800 726 0101
(Informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala – **0800 726 2492**
Ouvidoria – **0800 725 7474**
facebook.com/caixa | twitter.com/caixa
caixa.gov.br



A CAIXA tem soluções completas para o agronegócio brasileiro. Da compra de insumos e vacinas até a aquisição de máquinas e equipamentos, a CAIXA oferece linhas de crédito diferenciadas para o produtor rural ampliar os horizontes. Saiba mais em caixa.gov.br.
CAIXA. A vida no campo pede mais que um banco.

CAIXA
A vida pede mais que um banco

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

TOCANTINS

TERRA, ÁGUA E LOGÍSTICA TRANSFORMAM POTENCIAL EM REALIDADE

EVANDRO HENKE FORTES
Consultor da 4I.Green

JULIANO PAULO MENDES DE SOUZA
Consultor da FGV Projetos

SITUADO NO interflúvio dos rios Araguaia e Tocantins, o cerrado é a vegetação predominante no estado do Tocantins, que tem temperatura média do ar em torno de 25°C a 27°C (são mais elevadas no norte do estado). As precipitações, concentradas de setembro a maio, superam a média de 1.300 mm/ano em quase a totalidade de seu território. O relevo é favorável à mecanização agrícola, com extensas áreas com declividades de até 5%. Tais características contribuíram para a expansão da área agrícola, que passou de 972 km², em 1990, para 3.464 km², em 2007, com crescimento de 356% no período.

O mais jovem dos estados brasileiros tem mais da metade de sua superfície destinada à conservação ambiental e a reservas indígenas, conforme dados da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Tocantins – SEAGRO/TO (2015). Para a produção agropecuária, foram identificados como aptos 13.852.070 hectares, extensão que equivale à área produtiva do Uruguai. Entretanto, deste total, quase 5,5 milhões de hectares (19,6% da superfície do estado) ainda são inexplorados, o que revela a disponibilidade de terras agricultáveis e compõe cenário favorável à expansão do agronegócio.

Na medida em que a demanda por alimentos aumenta, a disponibilidade de áreas sem restrições ambientais para expansão agropecuária escasseia, elevando o preço das terras. No Tocantins, mesmo com custo médio de transporte terrestre inferior ao do Mato Grosso, em 2013 as terras de lavoura custavam em geral 4,5 vezes menos do que neste estado. A mesma comparação feita com Goiás indica custos ainda menores das terras no Tocantins, da ordem de 5,5 vezes. Para as terras de pastagens, Mato Grosso e Goiás também apresentaram custos mais elevados, respectivamente de 2,3 e 2,8 vezes.

PECUÁRIA DE CORTE

Atividade tradicional e de destacada importância no cenário econômico do estado, a pecuária de corte, com rebanho bovino superior a 8,1 milhões de cabeças, ocupa quase 27% de sua superfície (7,5 milhões de hectares) e apresenta grande potencial. Indicadores de desempenho demonstram que é

PREÇOS DE VENDAS DE TERRAS EM 2013
(R$/HA)

Tipo de aproveitamento	Tocantins	Mato Grosso	Goiás
Lavouras	2.191,53	10.000,00	12.193,08
Pastagens	2.554,34	5.829,21	7.165,58

Fonte: FGV Preços Agropecuários

possível produzir mais na mesma área, o que pode ser obtido por meio de boas práticas que permitem uma maior concentração de bovinos por área. Estima-se que, para cada hectare de pastagem degradada que for recuperado, é possível liberar cerca de 3 hectares para outras atividades.

Território livre da febre aftosa há dezoito anos, o estado apresenta índices de vacinação superiores a 99% de imunização por campanha. Desta forma, reúne condições adequadas para, com algum investimento e tecnologia adequada, aproveitar a estrutura existente e desenvolver a criação somente à base do pasto, o que gera produto demandado por mercados exigentes que remuneram melhor. Também há possibilidade de reduzir o efeito da sazonalidade com a ampliação do confinamento e o aproveitamento da crescente produção local de grãos.

PRODUÇÃO DE GRÃOS

Projeção do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) indica que a demanda por produtos agrícolas deve continuar a aumentar e que a perspectiva é de que o Brasil amplie sua participação no total das exportações de soja em grão, passando de 35% para 38% do volume comercializado.

No âmbito interno, o programa brasileiro de biodiesel é uma oportunidade importante. A partir de 23 de março de 2017, a adição de biodiesel ao óleo diesel passará de 7% para 8% (Resolução do CNPE nº 3, de 7 de abril de 2016). Na prática, este aumento de 1% implicará o consumo adicional de mais de 568 mil metros cúbicos de óleos vegetais por ano, quantidade que demandará o processamento equivalente à produção de soja de aproximadamente 900 mil hectares, extensão que é pouco superior à área total plantada com soja no Tocantins na safra 2014/15.

A exemplo da cadeia de carne bovina, o estado também apresenta especialização para o setor de exportação de soja, que teve produção de 700 mil toneladas na safra 2005/06 e cresceu 353% até 2014/15, quando atingiu 2.476 mil toneladas.

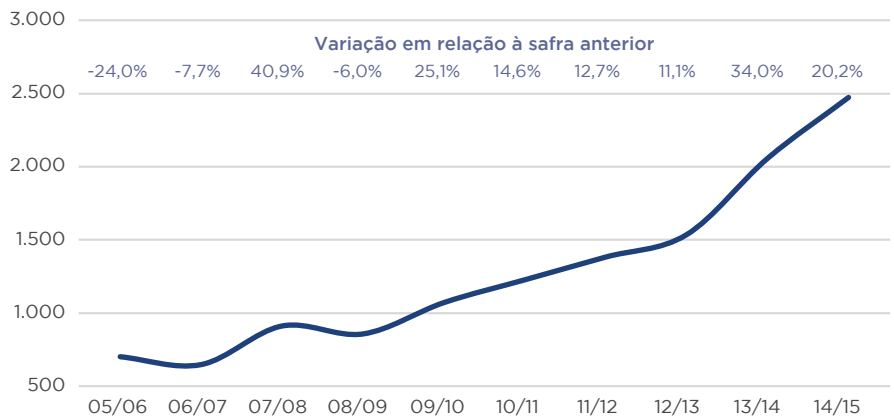
Junto com a soja, a produção e a produtividade do milho no estado estão em ascensão, confirmando o potencial da cultura e de outros grãos que têm exigências edafoclimáticas similares e acompanham a rotação de culturas no sistema de plantio direto.

O aumento de demanda internacional pelo milho, em especial da China, é uma oportunidade a ser observada, principalmente pela condição logística instalada, pois a Ferrovia Norte-Sul (FNS) já transporta este grão para o Porto de Itaqui, no Maranhão.

CANA-DE-AÇÚCAR

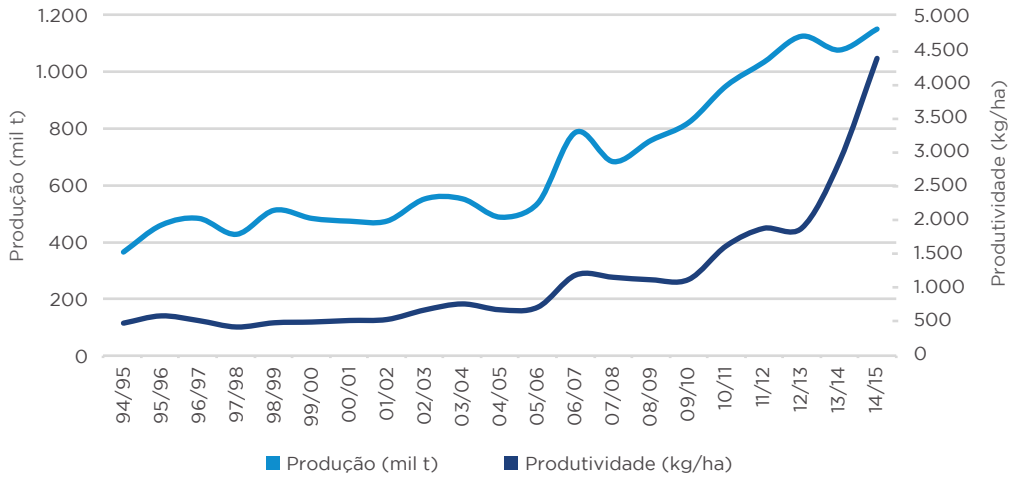
Assinado em dezembro de 2015, o "Acordo de Paris" tem por objetivo manter o aquecimento global abaixo de 2°C, buscando limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

TOCANTINS: PRODUÇÃO DE SOJA
(MIL TONELADAS)



Fonte: Conab

TOCANTINS: PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DO MILHO



Fonte: Conab

Signatário do acordo, o Brasil confirmou compromisso de, com relação aos níveis de 2005, reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 37% até 2015 e 47% até 2030. Para tanto, foi proposta a ampliação da participação da bioenergia na matriz energética, com o aumento da oferta de biocombustíveis.

Para atender a meta, o Brasil deverá ampliar o consumo de etanol, passando dos atuais 28 bilhões de litros por ano para 50 bilhões de litros em 2030. De acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), para suprir tal demanda, serão necessárias cerca de 75 novas unidades produtoras de etanol, cada uma moendo, em média, 3,5 milhões de toneladas de cana por ano.

Nesse segmento, o estado dispõe de uma unidade industrial em operação, logística com a FNS e 1,14 milhão de hectares classificado com aptidão média para produção de cana, segundo o "Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar", da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (2009). Na ocasião, essas áreas, em sua maioria, estavam ocupadas com pastagens.

Na região Norte, onde Tocantins é o único estado com áreas aptas para o plantio de cana, em 2014 o consumo de etanol anidro e hidratado foi cerca de 3,7 vezes superior ao produzido (dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP), o que indica o potencial mercado regional.

OUTRAS OPORTUNIDADES

O crescente consumo de carne de frango e a produção local de grãos são dois importantes fatores que podem impulsionar a produção avícola local. A logística de contêineres refrigerados ainda não está estabelecida por meio da FNS, mas poderá ser um novo fator propulsor quando a solução for implantada, beneficiando, também, outras cadeias, principalmente a de carne bovina.

Não é por acaso que a sede da Embrapa Pesca e Aquicultura está em Palmas. Além da produção de grãos, o estado dispõe de vastos recursos hídricos para desenvolver de forma sustentável a piscicultura. Mercado consumidor não faltará.

Enfim, as cadeias de valor do agronegócio referidas atuam com diversas sinergias e pontos em comum. As aglomerações setoriais já existentes propiciam ganhos econômicos com presença de fornecedores, logística, mão de obra e meio favorável ao surgimento e à disseminação de inovações tecnológicas, que criam ambiente produtivo benéfico para o aproveitamento de todas essas oportunidades oferecidas pelo Tocantins. Estas podem ser potencializadas pela ampliação e pela intensificação do uso da FNS no estado, com pátios operando em Porto Nacional, Tupirama (granéis líquidos da Bunge) e Palmeirante, assim como pela abertura de novas opções, como a hidrovia do Tocantins-Araguaia, que já conta com o Porto Praia Norte. ■

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

PAPEL IMPORTANTE PARA A SUSTENTABILIDADE DO AGRO

CAMILA LUCONI VIANA
Assessora técnica da Fundação Sicredi

NO DIA 5 de agosto, mais de 3 bilhões de pessoas em todo o Planeta receberam uma aula sobre aquecimento global. O Brasil, nação com a segunda maior área de florestas do mundo, orquestrou com maestria a abertura das Olimpíadas mais verde da história. O feito colocou o tema numa ampla vitrine, mas é preciso fazer mais, em termos reais, para melhorar os resultados ambientais do País.

Esta é a complexidade da sustentabilidade nos dias atuais: é um tema difundido no âmbito público e privado, mas ainda precisa avançar para alcançar resultados mais satisfatórios. Sinal disso é que a humanidade entrou no "cheque especial" dos recursos naturais do Planeta no dia 8 de agosto. Traduzindo: o "orçamento" anual de recursos renováveis já foi todo consumido – quase cinco meses antes de o ano acabar.

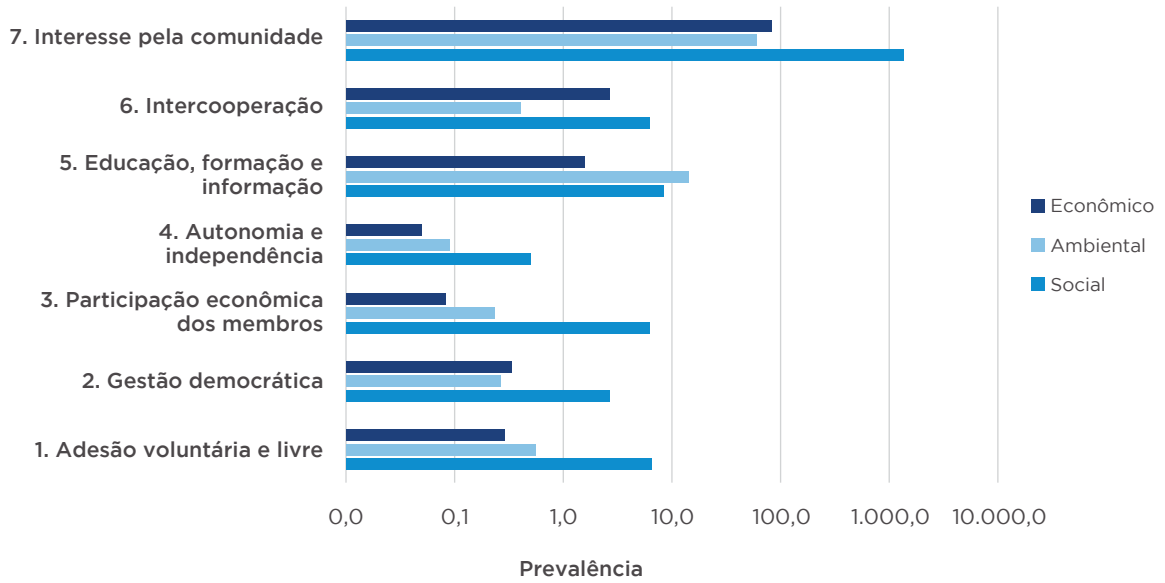

SHUTTERSTOCK

Estamos em uma época de renovação de compromissos mundiais, como a COP-21 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Todos os setores estão sendo intimados a contribuir para resolver os problemas ambientais e sociais, incluindo as cooperativas de crédito, que têm, na sua essência, a união de pessoas para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

No Brasil, o cooperativismo de crédito é um dos treze ramos do cooperativismo. Todos estes ramos compartilham os sete princípios universais do cooperativismo. Em um estudo de 2013, foram mapeados na literatura os principais artigos de sustentabilidade e correlacionados com estes princípios. Como é possível ver na figura a seguir, todos os princípios têm alguma relação, mas vale destacar o quinto ('Educação, formação e informação'), o sexto ('Intercooperação') e o sétimo ('Interesse pela comunidade'). Este último estipula que as cooperativas trabalhem para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos membros.

As cooperativas de crédito, historicamente, são grandes parceiras da inclusão financeira. Além da democratização do acesso ao crédito e a outros produtos financeiros a menores custos – inclusive para a parcela da população com pouco acesso aos serviços financeiros tradicionais –, tais cooperativas

PREVALÊNCIA DE TERMOS COOPERATIVOS NA LITERATURA SOBRE SUSTENTABILIDADE



Fonte: adaptado de Dale *et al.* (2013)

fomentam o desenvolvimento local sustentável, promovendo a redução das diferenças sociais.

Outra especificidade é a operação somente com associados, de diferentes perfis, e em uma área de ação específica. Isso garante a aplicação da poupança local na própria região, contribuindo para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento regional sustentável.

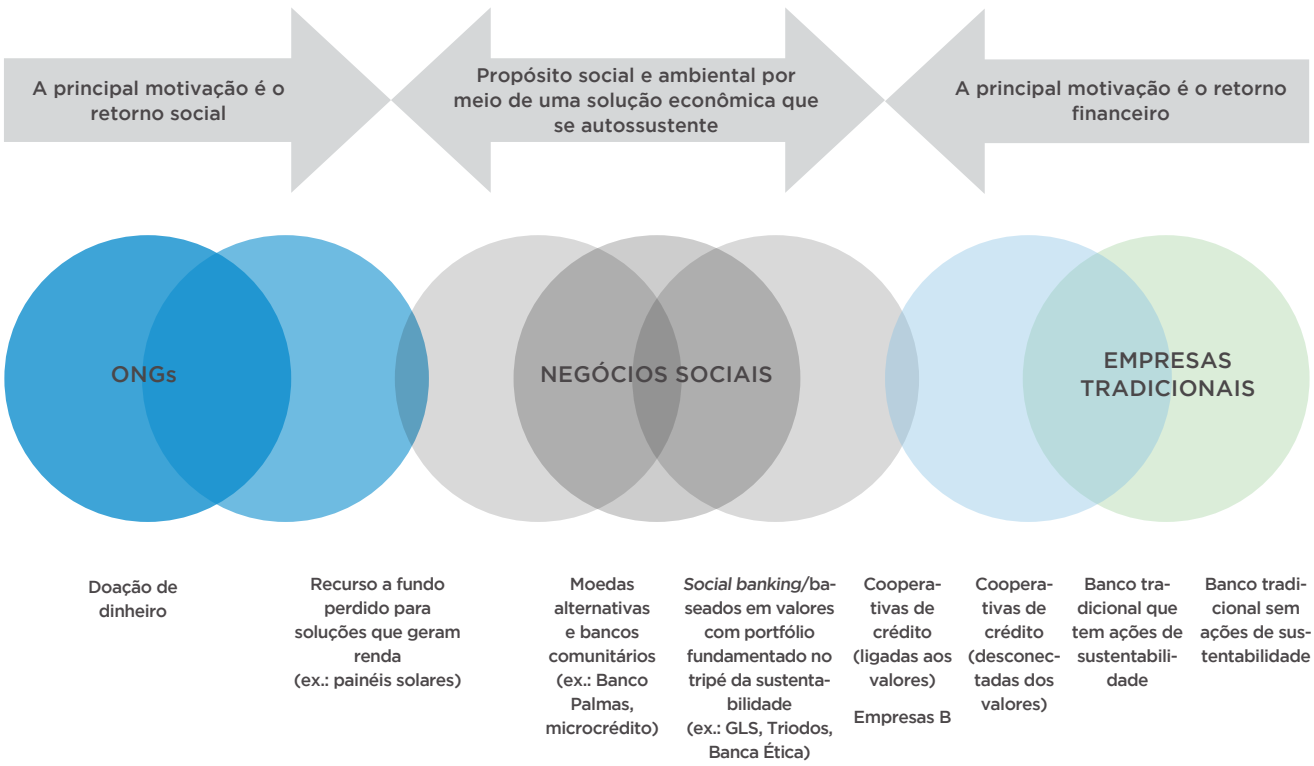
As cooperativas de crédito fazem parte do setor financeiro, que tem participado da transição para a economia verde. Desde os anos 90 do século passado, as instituições financeiras vêm aderindo a iniciativas autorregulatórias de sustentabilidade, devido à conscientização da sociedade por uma maior corresponsabilidade e um maior gerenciamento de riscos ligados a questões socioambientais. Entre outras instituições, podemos listar a UNEP FI (United Nations Environment Programme Finance Initiative), a Declaração de Collevecchio, o Pacto Global, os Principles for Responsible Investment (PRI), os Princípios do Equador e o Protocolo Verde. A maior parte das iniciativas foca em avaliação de riscos socioambientais, investimentos, inclusão financeira, ética e transparência.

É por meio do investimento socialmente responsável (Socially Responsible Investment – SRI) que as instituições financeiras conseguem influenciar o desenvolvimento sustentável a partir do seu *core business*, pois elas fazem escolhas de investimento tomando os critérios de sustentabilidade como norte. As cooperativas de crédito estão, atualmente, reforçando esse compromisso mais ativo com a sustentabilidade, seja fornecendo crédito para a economia real, financiando projetos relacionados a questões socioambientais ou mesmo incorporando na sua avaliação de risco alguns critérios socioambientais. Se seguirem os princípios do cooperativismo, elas estarão muito próximas dos chamados negócios sociais, cujo maior exemplo é o Grameen Bank, criado pela iniciativa Yunus – cujo foco é o desenvolvimento de negócios sociais –, na qual há um propósito ambiental e social, mas que apresenta autossustentabilidade financeira, completando o tripé da sustentabilidade.

No Brasil, a recente criação da autorregulação, com a Resolução CMN nº 4.327 do Banco Central do Brasil, de 25 de abril de 2014, vem exigindo políticas socioambientais obrigatórias para mais de 2.000 bancos sob sua jurisdição. Ela exige que as instituições financeiras tenham políticas socioambientais levando em conta relevância e proporcionalidade e, principalmente, gerenciando o seu risco socioambiental. Para as cooperativas de crédito, o maior impacto é uma avaliação mais criteriosa da concessão de crédito. O agronegócio é um dos setores de maior risco socioambiental. Como os produtores que tomam crédito direcionado já estão acostumados com as exigências, a novidade está ligada aos créditos diretos com as instituições financeiras.

No Sicredi – instituição financeira cooperativa com 3,3 milhões de associados, em vinte estados brasileiros –, por exemplo, a Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental foi atualizada em 2015, reforçando a importância do gerenciamento do risco ambiental. Essa é, também, uma oportunidade de incentivar negócios sustentáveis por meio do crédito e apoiar o desenvolvimento do seu associado.

Em 2016, um estudo do Rabobank, do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz' da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) e da Universidade de Oxford mostrou, entre outros resultados, que há uma correlação positiva entre desempenho socioambiental e saúde financeira do produtor rural. Ou seja, quanto maior o desempenho socioambiental, maior tende a ser a saúde financeira do produtor, e vice-versa. As cooperativas de crédito, os produtores e a sociedade em geral só têm frutos a colher com essa tendência. ■



Fonte: elaborado pela autora e adaptado de Alter (2007), Cotón e Castro (2011) e Abu-Saifan (2012)

FRONTEIRAS AGRÍCOLAS

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

ÉDSON BOLFE
Pesquisador e coordenador de Inteligência Estratégica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília-DF – edson.bolfe@embrapa.br

ELISIO CONTINI
Pesquisador e chefe da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia (SIM) da Embrapa, em Brasília-DF – elisio.contini@embrapa.br

DANIEL DE CASTRO VICTORIA
Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária, em Campinas-SP – daniel.victoria@embrapa.br

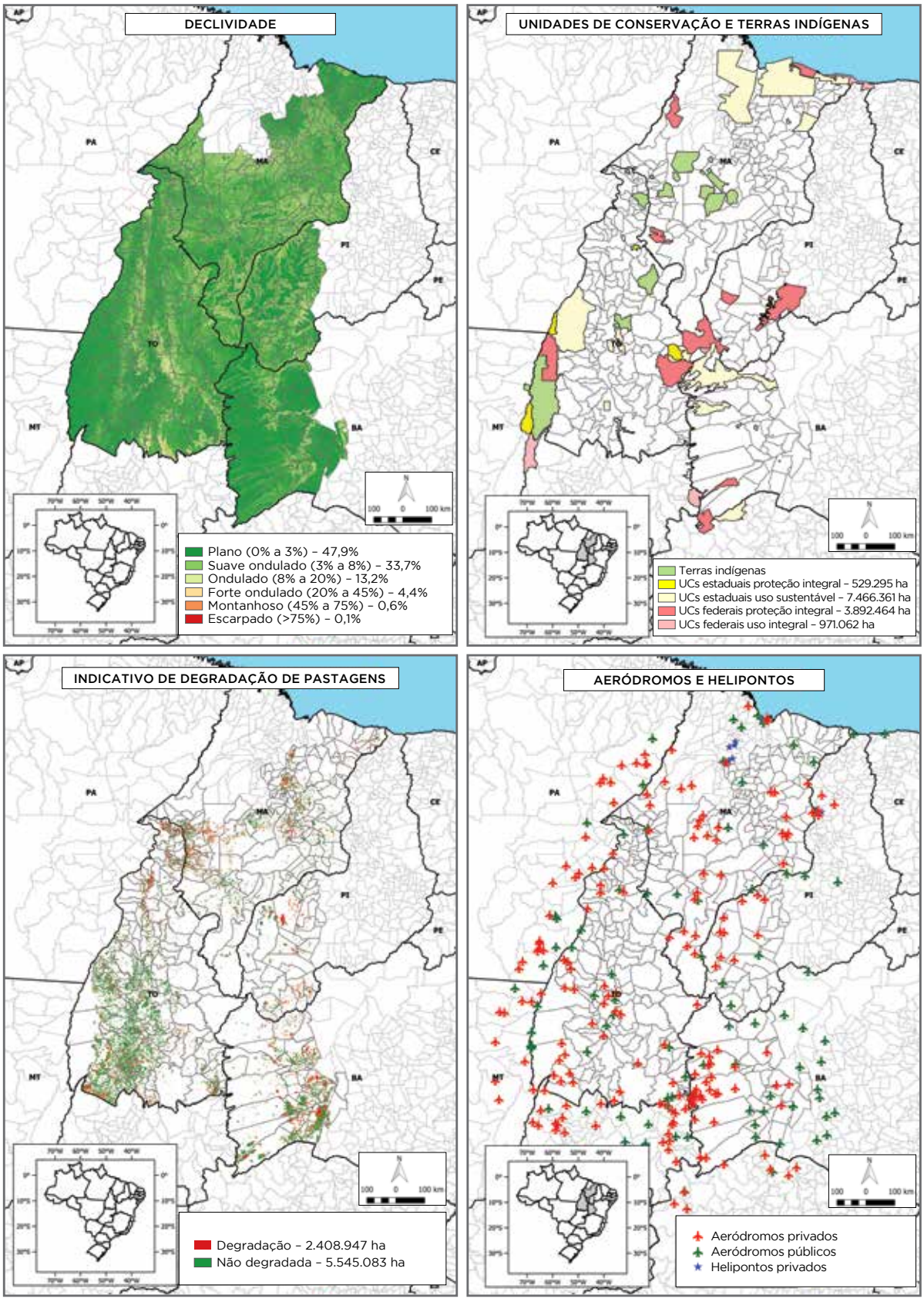
A LIDERANÇA do Brasil em agricultura tropical fundamenta-se em ciência, tecnologia, inovação, políticas públicas e empreendedorismo dos agricultores. Em anos recentes, seus resultados contribuíram para a geração da renda nacional (23% do PIB brasileiro) e quase a metade em valor das exportações do País. E seu futuro é promissor. Segundo projeções recentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a produção brasileira de grãos deverá passar dos atuais 196,5 milhões de toneladas para 255,3 milhões na safra 2025/26. Na cadeia de carnes (bovina, suína e de aves), projeta-se um incremento de 29,8% até 2025: mais 7,8 milhões de toneladas nos próximos dez anos.

Mato Grosso continuará sendo o principal polo agrícola, liderando a produção em soja e milho. Ainda segundo as projeções, a região do MAPITOBA (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) deverá apresentar um aumento significativo da produção de grãos: 24,4 milhões de toneladas na safra 2025/26, ou seja, um incremento de 91,3% em relação a 2015/16. A área plantada passará dos atuais 6,8 milhões de hectares para um patamar entre 7,8 milhões e 10,3 milhões de hectares, dependendo das hipóteses nas projeções. Esta expansão gera a necessidade de fortalecimento do setor por meio da melhoria de infraestrutura, investimento em pesquisa e crédito agrícola. Esse debate é intensificado quando são analisados os fatores relacionados à sustentabilidade e ao planejamento estratégico das fronteiras agrícolas brasileiras.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), outros institutos de pesquisa e universidades têm realizado esforços para disponibilizar conhecimentos, informações e tecnologias para


SHUTTERSTOCK

EXEMPLOS DE PLANOS DE INFORMAÇÕES NA REGIÃO DO MAPITOBA QUE APOIAM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



SHUTTERSTOCK



planos do governo federal e para os agricultores visando à sustentabilidade econômica, ambiental e social dos sistemas de produção agrícola. Por exemplo, inúmeras são as ações desenvolvidas no MAPITOBA, destacando-se as relacionadas às geotecnologias, que englobam os sistemas de informações geográficas (SIG), os sistemas de posicionamento global (GPS) e o sensoriamento remoto por meio de imagens de satélite. As informações qualificadas disponibilizadas compreendem a caracterização físico-biótica, de infraestrutura e de logística, a espacialização das áreas institucionais e a identificação, a delimitação e a caracterização dos polos de produção agrícola em todo o Brasil.

Dentre os planos de informações gerados para os 337 municípios da região (73 milhões de hectares), destacam-se: (i) físico-biótico – cobertura vegetal, declividade, precipitação, clima e solos; (ii) produção agropecuária – área plantada de soja, milho, algodão, feijão, arroz, pastagens, rebanho de bovinos, caprinos e ovinos; (iii) infraestrutura logística – rodovias, hidrovias, ferrovias, aeródromos, helipontos, armazenagem de grãos, frigoríficos, usinas, indústrias de celulose e papel; (iv) áreas institucionais – Unidades de Conservação (UCs) e terras indígenas, prioritárias para a conservação da biodiversidade, rede de influência dos centros urbanos, divisões regionais e biomas; e (v) organizações da produção – unidades da Embrapa, cooperativas, entidades estaduais de assistência técnica e extensão rural.

Na Figura, são apresentados alguns exemplos de planos de informações gerados, destacando os percentuais por classes de declividade, UCs de proteção integral e de uso sustentável (estaduais e federais) e terras indígenas, indicativos de degradação de pastagens (Cerrado), e aeródromos e helipontos (públicos e privados) na região do MAPITOBA.

A análise de forma conjunta desses planos de informações e de sua expressão geográfica possibilita o efetivo planejamento e a execução das atividades rurais da região. Dentre os benefícios diretos, estão a contribuição para a adequação e a gestão de políticas públicas (zoneamentos agrícolas, aptidão agrícola das terras, crédito rural e seguro agrícola), a pré-seleção de áreas agrícolas de interesse de projetos de infraestrutura e logística governamentais ou da iniciativa privada e as análises socioeconômicas e ambientais. Tal análise conjunta gera, ainda, conhecimento para estudos sobre a dinâmica de uso e cobertura das terras e os processos de expansão, retração, transição, conversão e intensificação agrícola. Desta forma, contribui para tornar a agricultura um fator ainda mais determinante no desenvolvimento sustentável das fronteiras agrícolas do País. ■

Dia Mundial da Alimentação

Celebrado em mais de 150 países, o Dia Mundial da Alimentação – 16 de outubro – marca a fundação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em 1945, sendo uma importante data para conscientizar a opinião pública sobre as questões da nutrição e da alimentação. A mensagem para 2016 é "O clima está mudando. A alimentação e a agricultura também devem mudar".

O DESAFIO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL



ALAN BOJANIC
Representante da FAO no Brasil

O mundo terá 2 bilhões a mais de pessoas no decorrer das próximas três décadas (até 2050). A demanda em diversos setores será enorme. Vamos precisar de mais infraestrutura, garantias de saúde, emprego, educação, segurança e, principalmente, mais alimentos. Nossas previsões são de que a produção agrícola deverá aumentar em 60% para atender as necessidades básicas de segurança alimentar dessa nova sociedade.

Ao mesmo tempo, teremos o desafio de produzir mais com menos. Não é de hoje que sabemos que os recursos naturais estão cada vez mais escassos. Apenas a pecuária é responsável por quase um terço da emissão de gases do efeito estufa, e 78% das emissões de metano vêm da produção agrícola. Segundo as projeções, em 2030 as emissões de amônio e metano procedentes do gado nos países em desenvolvimento serão 60% maiores do que as registradas nos dias de hoje.

E os efeitos no meio ambiente não vêm somente da agricultura. O mundo desperdiça, atualmente, um terço de tudo que é produzido. O metano que sai dos alimentos que vão para o lixo e ficam em decomposição é 25 vezes mais potente do que o dióxido de carbono. Já foi comprovado que, caso as perdas e os desperdícios de alimentos representassem um país, ocupariam o terceiro lugar como um dos maiores emissores de gases do efeito estufa, atrás apenas de Estados Unidos e China.

A degradação dos solos e o uso irracional dos recursos hídricos também acendem o alerta vermelho. Calcula-se que cerca de 33% dos solos do mundo estão degradados, incluindo nesta conta a erosão do solo, a impermeabilização, a contaminação, a salinização, entre outros fatores. A escassez de água já afeta mais de 40% da população mundial, uma porcentagem que alcançará dois terços em 2050. As crises hídricas têm se tornado cada vez mais frequentes. Um exemplo próximo desta problemática vivenciamos no ano passado aqui no Brasil com a situação preocupante em São Paulo.

Diante desse contexto, faz-se cada vez mais necessário produzir alimentos de forma sustentável. Adotar modelos sustentáveis significa apoiar práticas que produzam mais com menos na mesma área de terra, utilizando os recursos naturais de maneira criteriosa. Significa, ainda, reduzir as perdas de alimentos antes da fase do produto final ou realizar a venda por preços menores por meio de uma série de iniciativas, incluindo a melhoria da colheita, do armazenamento, da embalagem, do transporte, da infraestrutura e de mecanismos de mercado, além de marcos institucionais e legais. É por isso que, neste ano de 2016, a nossa principal mensagem para o Dia Mundial da Alimentação é "O clima está mudando. A alimentação e a agricultura também devem mudar".

A FAO estimula que todos os países abordem a alimentação e a agricultura nos planos de ação de enfrentamento às mudanças climáticas e que invistam mais em desenvolvimento rural. Capacitar os agricultores para que eles tenham condições de se adaptar a esse cenário é essencial para que

possamos alcançar a resiliência e, assim, garantir um mundo mais sustentável para todos.

Cada um de nós tem um papel a desempenhar na mitigação dos efeitos da mudança climática. A responsabilidade é compartilhada. Hábitos diferentes que provoquem a conscientização de todos também devem ser incorporados à rotina. Façamos da melhor forma a parte que nos toca. Um mundo sustentável e com segurança alimentar é possível.

Codex Alimentarius
IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL

ROGÉRIO PEREIRA DA SILVA

Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e coordenador de Assuntos do Codex Alimentarius no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Com o advento da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, o comércio internacional de alimentos passou a ser baseado em normas, e não em poder, representando uma mudança de filosofia, ou seja, a partir de então, o comércio não pode ser proibido sem justificativas.

Para o comércio agropecuário, um dos principais acordos da OMC é o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS). Este acordo estabelece que as medidas dos países devem ser colocadas em prática levando em consideração normas internacionais elaboradas pelos organismos de referência para a inocuidade e a qualidade dos alimentos. Trata-se do Codex Alimentarius.

O Codex é constituído pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Suas normas, diretrizes e recomendações possuem caráter recomendatório para os países constituírem procedimentos e regulamentações de controle dos alimentos, enquanto, no cenário internacional, o Codex possui caráter vinculante ao Acordo SPS.

Este vínculo contribui para a estabilidade e a previsibilidade nas relações comerciais, devido aos parceiros comerciais saberem que poderão ser contestados na OMC caso não sigam tais normas.

O Codex reveste-se de grande importância por estabelecer normas para proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas leais de comércio. É referência para questões como resíduos de medicamentos veterinários, pesticidas, contaminantes, aditivos, critérios de higiene e controles microbiológicos, sistemas de certificação, métodos laboratoriais, resistência a antimicrobianos, Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), rotulagem.

Pode-se considerar que as normas do Codex abrangem 99% da população mundial, e, atualmente, ele é integrado por 187 países, 1 organização (União Europeia) e 240 instituições observadoras (168 Organizações Não Governamentais – ONGs –, 56 Organizações Governamentais Internacionais e 16 Organizações das Nações Unidas).

Em razão de o Brasil ser um dos líderes mundiais na produção e na exportação de alimentos, a participação do País no Codex é estratégica para a definição de normas internacionais que visam à proteção da saúde pública e à manutenção de comércio leal e que não sejam restritivas ao agronegócio brasileiro.

A participação do Brasil tem sido em defesa do princípio científico e dos procedimentos para que não sejam criadas barreiras ilegítimas ao comércio internacional de alimentos. Essa ação faz-se necessária para que a organização não fique sujeita a interferências, desprovidas de legitimidade, que aumentam potencialmente as barreiras protecionistas. A criação de normas inadequadas pode retirar do mercado produtos adequados para serem consumidos, com possível consequência na disponibilidade e nos preços dos alimentos.

Portanto, a preservação da ciência e dos procedimentos como elementos balizadores da tomada de decisão no Codex é fundamental para garantir a saúde dos consumidores, a disponibilidade de alimento e a previsibilidade no comércio internacional.

Reestruturação na Anvisa e a regulamentação de defensivos agrícolas

Jarbas Barbosa
Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)



Jarbas Barbosa

1. Desburocratização, transparência e previsibilidade

A Anvisa reestruturou a sua Gerência Geral de Toxicologia, responsável pela avaliação toxicológica de agrotóxicos, com a alteração de gestores, a simplificação dos processos e a aproximação com os órgãos de governo participantes no registro dos produtos.

Reavaliou, também, o modelo do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), na identificação dos problemas e desafios junto aos principais *stakeholders* (gestores, servidores, associações representativas do setor produtivo, empresas fabricantes de produtos agrotóxicos e órgãos de governo).

Dentre as ações implantadas, merecem destaque a publicação periódica e eletrônica da lista de petição em análise, o Boletim Eletrônico GGTOX, as notas técnicas, as orientações de serviço etc.

Em 17 de setembro de 2015, a Diretoria Colegiada aprovou a realização da Consulta Pública nº 87/2015, acerca da avaliação e da classificação toxicológica de agrotóxicos normatizada pela Lei nº 7.802/1989, pelo Decreto nº 4.074/2002 e pela Portaria nº 03/1992 do Ministério da Saúde.

Novas propostas normativas foram analisadas para modernizar o marco regulatório de agrotóxicos. É o caso da simplificação nos procedimentos de avaliação toxicológica, com a implantação do protocolo eletrônico e a redução do tempo de fila de análise de processos.

Existe a revisão dos procedimentos para reavaliação toxicológica de agrotóxico, o que foi definido pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 48/2008, que não contempla a complexidade e os prazos para este tipo de atividade. O surgimento de novas informações científicas implica revisão do nível de segurança e do perfil de risco de uma substância. Daí a importância de o modelo das monografias de ingredientes ativos de agrotóxicos manter atualizados os limites máximos de resíduos tolerados para as culturas.

2. Avaliação da Consulta Pública nº 87/2015

Considerando as contribuições recebidas e devido à complexidade e à diversidade dos temas a serem regulamentados, o regulamento foi desmembrado em outras normativas, como: Bula e Rótulo, Avaliação Toxicológica e Classificação Toxicológica, Avaliação de Risco Dietético, Avaliação de Risco Ocupacional e Alterações Pós-registro.

Esta divisão favorece a publicação da norma de forma mais ágil, bem como auxilia o acompanhamento e a futura revisão. Assim, ao final das proposições normativas, haverá, de forma mais clara e atual, os critérios e as exigências para avaliação e classificação toxicológica, regras para a elaboração, harmonização e atualização de rótulos e bulas de agrotóxicos e afins e procedimentos de alteração pós-registro de agrotóxicos, componentes e afins e preservativos de madeira.

3. Interação e responsabilidade compartilhada

Algumas estratégias são essenciais, como a atuação dos gestores, o comprometimento dos servidores, o trabalho em equipe e a participação

do setor regulado. A atuação compartilhada favorece o envolvimento, o comprometimento, a efetivação das medidas e a melhor avaliação do impacto regulatório.

A tendência é reconhecer o papel dos agentes regulados na garantia da qualidade e da segurança dos seus produtos, bem como atentar para eventuais danos que ocorram em virtude dos desvios. Nesse sentido, já estabelecemos a responsabilidade da empresa pelas informações apresentadas na bula dos seus produtos.

4. Visão da inovação

A inovação é um desafio também no setor agrícola, com acesso a novas tecnologias mais efetivas e de menor toxicidade para a saúde humana e o meio ambiente. Envolve o desenvolvimento, o treinamento e a educação de produtos e equipamento capazes de reduzir a manipulação com formas de aplicação mais seguras.

5. Sistema GHS

O Sistema de Classificação Globalmente Unificado (Globally Harmonized System of Classification and Labelling of Chemicals – GHS) foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), lançado na Eco-92 e acordado internacionalmente.

Ainda não implementado em muitos países, pois não tem caráter compulsório, o GHS visa harmonizar as várias classificações e padrões de rotulagem, com parâmetros de âmbito global. O seu documento, também conhecido como "Purple Book", é composto por requisitos técnicos de classificação e comunicação de perigos.

O GHS pode ser usado para classificar um agrotóxico de acordo com os riscos potenciais à saúde. As informações presentes no rótulo devem ser capazes de alertar os usuários sobre o perigo do produto, como, por exemplo, por meio do símbolo, da palavra de sinalização e da declaração de perigos. A Anvisa proporá ato normativo para adoção do modelo GHS no que se enquadrar à realidade do Brasil.

6. Tendência de atuação

A Agência possui fortes relações multilaterais, regionais e bilaterais na área de alimentos, com organizações internacionais dedicadas a estudar, pesquisar e estabelecer padrões de qualidade para alimentos.

Na Organização Mundial da Saúde (OMS), como ponto focal no Brasil, o Global Environment Monitoring System (GEMS/Food) informa os governos, as organizações e o público sobre os níveis e as tendências de contaminantes em alimentos.

No âmbito multilateral, a Agência é membro: (i) do Codex Alimentarius, para garantir a segurança sanitária dos alimentos e as práticas leais de comércio internacional de alimentos; e (ii) da Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo objetivo é zelar pela implementação do Acordo de Barreiras Sanitárias e Fitossanitárias.

Desde julho deste ano, a Anvisa integra a Rede de Avaliação de Riscos Químicos da OMS, cujo objetivo é ampliar os esforços globais para melhor avaliar os riscos da exposição de substâncias químicas à saúde humana.

No âmbito regional, destacam-se as relações com as agências reguladoras do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para a troca de experiências e informações sobre regulação de alimentos.

Na esfera bilateral, tem-se as aproximações realizadas com a Alemanha e a França, com seminários, oficinas e visitas técnicas na área de avaliação de riscos e inocuidade de alimentos. Há, ainda, relações mais consolidadas com agências dos Estados Unidos, da União Europeia, do Canadá e do Japão, além de Cabo Verde. ■

OUTUBRO, MÊS MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO.

PARA A GIG, OPORTUNIDADE DE ABRIR O APETITE GLOBAL PELO AGRO BRASILEIRO.

Poucas empresas de comunicação celebram e conhecem nosso agro como a GIG. Desde 2009, trabalhamos para ajudar a transformar empresas e associações em lideranças respeitadas mundo afora. Tivemos o prazer de atuar junto com CitrusBR, Abiec, Unica, Andef, Assocon, Abag, ABMRA, ABPI, BRF, Monsanto, Grupo Roncador, AgroTools e Rally da Pecuária, entre outros.

Em outubro de 2011, ao lado da FAO-ONU, Embrapa, Andef e Abag, a GIG coordenou o lançamento do projeto Desafio 2050, buscando conscientizar os formadores de opinião sobre o desafio de alimentar um planeta de 9 bilhões de habitantes e manter nossas florestas de pé.

Se você também acredita que o agro brasileiro pode superar os maiores desafios, conte com a GIG.

wearegig.com

contato@wearegig.com
+55 11 2308.8854



GIG
GLOBAL INTELLIGENCE GROUP

RIO | NY | LON | TYO | SP | LISBON

SHUTTERSTOCK



Exportações brasileiras de grãos

Imprevisibilidade e mudança de cenário

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

Por ANEC

O INÍCIO da safra 2015/16, de julho de 2015 a junho de 2016, prenunciava um cenário extremamente positivo para a produção e a exportação de grãos de soja e milho no País. As estimativas dos dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontavam para um recorde na produção brasileira.

Somado às excelentes projeções do setor produtivo e aos preços internacionais, principalmente o da soja, também havia um claro sinal de retomada de valor, após um ano de baixa em 2015. As perspectivas eram de ligeira elevação durante o primeiro semestre de 2016, mantendo-se em níveis mais elevados durante o resto do ano. A explicação para essa recuperação devia-se à volta de crescimento na demanda chinesa pelo grão.

Contribuindo também para a construção desse ambiente favorável às exportações, estava a taxa de câmbio. Com o dólar cotado a R$ 4,00, a soja brasileira mostrava-se muito mais acessível ao mercado internacional em comparação com a proveniente de mercados competidores, como os Estados Unidos e a Argentina.

Entretanto, já no decorrer do quarto trimestre de 2015, as notícias vindas do campo anunciavam o risco de perdas significativas na produção devido a problemas climáticos. De forma rápida, as preocupações ascendiam no mercado nacional. A região Centro-Oeste sofria com a escassez de chuvas e as altas temperaturas em algumas áreas, enquanto principalmente a região Sul-Sudeste recebia chuva em demasia.

Essas extremas condições climáticas, frutos da influência do fenômeno La Niña, impactaram, inicialmente, na colheita da soja e do milho 1ª safra e, posteriormente, no plantio do milho 2ª safra. A cada anúncio mensal no acompanhamento da previsão de safra, a Conab rebaixava a produção

BRASIL: PRODUÇÃO DE MILHO E SOJA
(EM MIL TONELADAS)

PRODUTO	2014/15	2015/16	
LEVANTAMENTO	SETEMBRO DE 2015	SETEMBRO DE 2015	SETEMBRO DE 2016
Produção	84.672	83.592	68.478
Exportação	96.228	101.911	95.634
Total	**180.900**	**185.503**	**164.112**

Fonte: Conab

de grãos da safra 2015/16. De setembro de 2015 a setembro de 2016, a variação foi negativa em 18,1% no milho e 6,1% na soja.

Essa confirmação da redução da safra 2015/16 resultou numa revisão para menos nas projeções de exportação da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) para o exercício de 2016. Para a soja, a redução foi de 57 milhões de toneladas para 54 milhões, ainda assim estabelecendo um novo recorde anual (janeiro a dezembro) na exportação deste grão. Diante de um ano cercado de muitos revezes, tal fato sempre é alentador para os produtores e exportadores desta *commodity*.

Em contraposição, para os embarques de milho, o cenário é mais grave. As perdas na produção bateram na casa dos 15 milhões de toneladas. Com isso, as exportações brasileiras do cereal, estimadas em 20 milhões de toneladas, terão de ser revistas para baixo, a depender do fluxo de embarques de setembro e deste mês.

Na verdade, a comercialização e o recebimento de milho constituem a maior preocupação neste último quadrimestre de 2016. É muito comum os produtores tomarem crédito para custearem parte da produção, com a venda antecipada de parte ou do total da colheita às *tradings*. Porém, como muitos deles colheram somente entre 20% e 30% de sua produção estimada, não terão produto para entregar. A saída é renegociar uma forma de acerto com os credores.

Essa redução significativa na produção de milho provocou forte reação no mercado interno em termos de preço. A formação de seus valores quase triplicou em relação aos níveis acordados antes do início da safra 2015/16. Com esta majoração, a liquidação dos contratos fica complicada e gera insegurança ao exportador.

O momento exige capacidade de negociação. De um lado, o produtor precisa efetivar os compromissos firmados anteriormente mediante contratos de compra futura. De outro lado, as empresas necessitam ser mais flexíveis nos acordos com o setor produtivo. Grande parte do empresariado rural apresenta alto endividamento e dificuldade para acessar crédito. A ANEC e a Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja Brasil) mantêm diálogo bilateral e buscam, na Câmara Setorial da Soja do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), soluções satisfatórias tanto para o produtor, quanto para o exportador.

De janeiro a agosto, as exportações brasileiras de grãos registraram 59,8 milhões de toneladas embarcadas de soja (47,6 milhões) e milho (12,2 milhões).

A SAFRA 2016/17

O Brasil deverá ter condições climáticas mais favoráveis para a produção de soja e milho. Aproximadamente 90% das áreas produtivas estarão em condições climáticas de regulares a boas, sendo boas em 80% dos casos, segundo informações da Conab. Essa perspectiva favorável deverá contribuir para a produção de soja superar a marca de 100 milhões de toneladas. No caso do milho, embora deva ser superior à prevista inicialmente, ainda faltam informações para estimar a safra 2016/17.

Avanços na infraestrutura logística

A conhecida defasagem na infraestrutura nacional para exportação decorre da ineficácia na matriz de transporte, baseada no modal rodoviário. Neste ano, os investimentos de melhoria para o escoamento da safra agrícola não tiveram grandes avanços. Os projetos estiveram concentrados na área portuária, realizados pela iniciativa privada, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do País. Os Portos de Itaqui (estado do Maranhão) e de Barcarena (estado do Pará) consolidam-se cada vez mais como rotas confiáveis e eficientes para o escoamento de soja e milho.

Entre os investimentos realizados, cabe destacar aqueles da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), com a instalação de modernas balanças, guindastes e tombadores e a substituição de quatro *shiploaders*. Esses equipamentos são 33% mais eficientes em comparação aos antigos, da década de 1970, com aumento da capacidade de carregamento de 1,5 mil toneladas por hora para 2,0 mil. Essas inversões devem contribuir para o Porto de Paranaguá ser um dos principais e mais confiáveis locais para embarcação de soja e milho no Brasil.

Tributação nas exportações de milho e soja

O governador de Goiás, Marconi Perillo, promoveu, pelo Decreto nº 8.548, de 29 de janeiro de 2016, mudanças no Código Tributário Estadual. De acordo com esta regra, conhecida como "taxação 70/30", 70% da soja e do milho produzidos no estado poderiam ser exportados com a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e 30% deveriam ser destinados ao mercado interno ou, se exportados, teriam que recolher 12% de ICMS.

Desde a publicação do Decreto, os produtores mobilizaram-se por meio de suas entidades, como as Associações dos Produtores de Soja (Goiás e Brasil), a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com o apoio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso Nacional.

Em 16 de agosto de 2016, o governador Perillo, por meio do Decreto nº 8.727, publicado no Diário Oficial em 28 de abril do mesmo ano, revogou o já mencionado Decreto nº 8.548. A respeito desta decisão, Bartolomeu Braz Pereira, presidente da Associação dos Produtores de Soja de Goiás (Aprosoja-GO) e vice-presidente da Aprosoja Brasil e da FAEG, comentou que "essa conquista é resultado da união dos produtores de grãos, que ouviram as nossas entidades e entenderam a necessidade de participar e lutar junto" (Fonte: Aprosoja-GO).



DIVULGAÇÃO APROSOJA BRASIL

Bartolomeu Braz Pereira, presidente da Aprosoja-GO

PARTICIPE DO

XXXV

jantar

DA ANEC

QUANDO E ONDE

24.11.16 • CASA PETRA

Av. Aratãs, 1010, Moema, São Paulo

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

17 H - *Welcome coffee*

18 H - *Palestras com André Pessoa (Previsão de Safra), Almyr Ameida (US e Global Overview) e Marco Maciel(Economia Brasileira Atual)*

20 H - *Jantar da ANEC*

VALORES

INDIVIDUAL: R$ 520
MESA PARA 10 PESSOAS: R$ 5.200
PALESTRA: R$ 30

Para as palestras, garanta sua inscrição com antecedência. Vagas limitadas.
Enviar e-mail para ***debora@anec.com.br*** *com a sua solicitação.*
Traje: Esporte fino

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

A ETERNA VIGILÂNCIA

Entrevista com Sérgio Mendes
Diretor-geral da ANEC



DIVULGAÇÃO ANEC

Sérgio Mendes, diretor-geral da ANEC

Como interpretar as medidas governamentais de taxar as exportações agropecuárias?

Para a ANEC, este tipo de decisão representa um verdadeiro tiro no pé. É uma ação míope com visão de curtíssimo prazo. Pode trazer um alívio momentâneo para o caixa dos governos, mas não é a solução mais salutar. Certamente, haverá um comprometimento com o futuro das exportações brasileiras de grãos, um dos grandes responsáveis pela garantia da entrada de expressivas reservas no País ao longo desses anos. É uma repetição de erros praticados com frequência no passado.

Quais foram as ações tomadas pela ANEC para a solução desse caso?

Zelamos por trabalhar em conjunto com o segmento representativo da produção. Em última análise, além da falta de competitividade para o exportador brasileiro, a conta da tributação acaba diretamente sendo arcada pelo produtor. Ao taxar, você desestimula esse produtor, o que resultará em exiguidade de produção. Com isso, todos sofrem. Produtor e exportador não têm produto para vender. A indústria, sem produto, para de esmagar, e assim por diante. Esse trabalho de defesa incondicional do produtor gerou, ao longo do tempo, credibilidade perante a cadeia de grãos. A prova disso é que, em todos os momentos com risco e aplicação de taxação, somos chamados para combatermos juntos.

A taxação afeta a comercialização de grãos no País?

Certamente afeta de maneira terrível, bem mais do que para a Argentina e os Estados Unidos, pois temos uma desvantagem de frete média ponderada de US$ 60 por tonelada a US$ 70 por tonelada. Se considerarmos a distância entre os portos e o estado do Mato Grosso, nosso maior produtor, esta desvantagem tende a se agravar. A incidência de qualquer aumento na taxação inviabiliza a baixa competitividade nacional, quando comparada aos nossos concorrentes.

No caso particular do estado de Goiás, a sua produção de soja ficaria “mais cara” em comparação com a dos demais estados. Como esse fato trouxe preocupação, o setor produtivo aliou-se conosco no diálogo com o governo. “Com o Decreto nº 8.548, esperamos que os preços retomem o patamar de antes, as empresas tenham liberdade e transparência para fazerem negócios e a produção volte a ser competitiva", afirmou Bartolomeu Braz Pereira, presidente da Aprosoja-GO e vice-presidente da FAEG.

Há como vislumbrar uma solução definitiva para essa situação?

A solução está na frase de um famoso líder do setor de produção, Luiz Marcos Suplicy Hafers, grande e saudoso amigo, que, infelizmente, nos deixou em agosto deste ano. Sobre a taxação na agricultura, ele costumava dizer que “como esse assunto é recorrente, o preço da manutenção da conquista da Lei Kandir é a eterna vigilância”. As tentativas sempre ocorrerão, até que a miopia deixe de existir completamente entre as nossas lideranças e o Governo. ■

PEC Nº 215: UMA JUSTA MUDANÇA

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



A PROPOSTA de Emenda à Constituição (PEC) nº 215, de 2000, é uma medida que visa transferir da competência do Poder Executivo para o Congresso Nacional a aprovação da demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios no período da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Pela regra atual, todo o processo de demarcação é regulamentado pelo Decreto nº 1.775/96, o qual dispõe sobre o levantamento realizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com os respectivos processos de análise, elaboração de laudo antropológico, declaração de limites pelo Ministério da Justiça, homologação da demarcação pela Presidência da República, retirada dos ocupantes não índios e, por fim, o pagamento tão somente pelas benfeitorias.

Portanto, a regra em vigor estabelece que todo o processo de demarcação é de cunho exclusivo do Poder Executivo, inclusive com a participação da FUNAI, órgão defensor das etnias indígenas, o que acaba por comprometer as necessárias isenção e imparcialidade nos trabalhos de identificação e demarcação das áreas postuladas.

O devido contraditório praticamente inexiste durante os procedimentos da atual demarcação, posto que ele é exercido de maneira simples, sem uma apropriada instrução probatória e, ainda por cima, perante a mesma autoridade que identifica, demarca e homologa a área requisitada.

Após amplas discussões, a regular tramitação da PEC nº 215/00 passou pela Mesa Diretora da Câmara, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, ainda, pela análise de uma Comissão Especial criada com a finalidade de emitir parecer sobre as propostas de modificação da PEC em questão. Esta Comissão realizou dezenas de audiências públicas por todo o território brasileiro e colheu enormes contribuições, que resultaram numa proposta final a ser encaminhada para apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.

Como já salientado, além da transferência da competência para a aprovação de demarcações de terras indígenas do Executivo para o Congresso Nacional, a PEC nº 215, com as alterações introduzidas, estabelece a necessidade de realização de prévias audiências públicas nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais afetas à área, garantia aos possuidores de boa-fé da prévia e justa indenização não somente de suas benfeitorias, entre outras poucas e significativas modificações.

A PEC nº 215/00 está inserida no contexto de um sistema de mútuo controle entre os Poderes da República adotado por nossa Constituição Brasileira e almeja o necessário equilíbrio para impedir que, no desempenho desmedido das respectivas competências, se criem entraves na área de atribuição de um Poder na esfera de outro.

Acertadamente, definir que o Congresso Nacional ratifique as demarcações de territórios brasileiros como indígenas concede segurança jurídica às demarcações, posto que o Poder que se pronuncia é o que representa o povo e as Unidades Federativas, ficando tais demarcações isentas de quaisquer questionamentos.

A aprovação da PEC nº 215/00 é uma necessária e justa mudança de competência que evitará acusações de desvios de finalidade ou parcialidade na demarcação de terras indígenas e que, com isso, proporcionará as necessárias segurança e paz social no campo. ■

IMPORTAÇÕES DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

AUMENTO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

O VOLUME total das importações de defensivos agrícolas no primeiro semestre de 2016 teve um aumento de 19,2% em relação ao mesmo período de 2015, atingindo 161.704 toneladas, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG).

A classe mais importada no País nesse período foi a dos **herbicidas**, com um total de 111.858 toneladas, seguida da dos **fungicidas**, com 29.013. Dentre os **herbicidas** mais demandados, o glifosato representou 51% das importações da classe, devido ao uso nas culturas de soja, milho, algodão, entre outras. Além disso, o aumento também se deu devido à recuperação do mercado de cana-de-açúcar.

Já os **fungicidas** apresentaram acréscimo devido ao excesso de chuvas, o que levou ao aumento de doenças.

A classe dos **inseticidas** teve a maior queda. Os altos estoques por excesso de chuva e o aumento do contrabando levaram o volume importado a cair de 29.490 toneladas para 18.809 toneladas entre janeiro e junho de 2016.

"Essa queda acentuada deve-se à irregularidade ou, até mesmo, à falta de chuvas em algumas regiões, notadamente cerrados, Mato Grosso e MAPITOBA (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia), o que fez com que diminuísse o aparecimento de pragas", comenta Silvia Fagnani, diretora executiva do SINDIVEG.

Além disso, igualmente ao que ocorreu em 2015, o mercado de agroquímicos como um todo continua perdendo para a comercialização ilegal de produtos. Estudos atuais demonstram que o contrabando pode atingir até 20% das vendas de defensivos agrícolas no Brasil.

O volume de importação das classes **acaricidas** e **outros** também apresentou queda, atingindo 1.512 e 512 toneladas, respectivamente, no período. ■

IMPORTAÇÕES EM 2015/16 (EM TONELADAS)
JANEIRO A JUNHO

	2015	2016
Herbicidas	87.759	111.858
Fungicidas	16.120	29.013
Inseticidas	29.490	18.809
Acaricidas	1.518	1.512
Outros	750	512
TOTAL	**135.637**	**161.704**

Fonte: SINDIVEG


SHUTTERSTOCK

DIÁRIO DE BORDO

LARANJA DOURADA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

A CITRICULTURA brasileira tem um papel relevante na produção cítrica global: produzimos 34% da laranja que o mundo produz, respondemos por 57% da produção de suco e, principalmente, temos 79% do comércio total deste produto – de cada cinco copos deste maravilhoso alimento consumido no Planeta, três são de origem brasileira. A União Europeia é nosso maior mercado, com 66,7% do total exportado, seguida pelos Estados Unidos, com 20,7%, e pelo Japão, com 4,7%.

Mas, o consumo caiu muito nos últimos anos. Em 2005, cerca de 2,4 milhões de toneladas foram absorvidos pelo mercado, e, no ano passado, foram menos de 2,0 milhões. Uma queda de quase 20%!

Dois fatores são os principais responsáveis por essa mudança: o primeiro tem a ver com a enorme concorrência de outros sucos e bebidas que surgiram nos últimos anos, inclusive alguns também de origem brasileira. Hoje, se encontram facilmente em supermercados de qualquer país sucos de pêssego, goiaba, maracujá, manga, morango, açaí, maçã, mistos, entre outros.



E o segundo fator foi a mudança recente de hábitos alimentares. A vida corrida de toda gente fez o café da manhã, principal momento do consumo de suco de laranja, ficar muito menos demorado: as pessoas "engolem" qualquer coisa e saem correndo para o trabalho.

Enquanto essa queda expressiva aconteceu no mundo, houve uma mudança inversa no nosso mercado interno, que, no mesmo período, cresceu incríveis 40%. Mesmo com esse belo crescimento, ainda consumimos muito pouco, apenas 5% do suco produzido aqui. Ora, podemos crescer muito mais nesse nosso mercado, o que vale a pena por diversas razões, inclusive porque a citricultura tem um grande peso em nossa agricultura tropical: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 12.000 fazendas produzem essas frutas em 350 municípios, ocupando uma área de quase 500 mil hectares e gerando mais de 200 mil empregos diretos e indiretos. O PIB do setor alcançou US$ 6,5 bilhões no ano passado, e a cadeia toda de produção respondeu por cerca de US$ 190 milhões de impostos. A importância social do produto é notável: em 2015, a citricultura foi o setor do agronegócio que mais contratou funcionários.

E mais: está provado que o suco de laranja tem características alimentares que promovem saúde e bem-estar, sem falar no prazer dado ao paladar.

Pois bem, precisamos estimular o consumo interno para reduzir a dependência das exportações e estabilizar a atividade produtiva. Para isso, é necessário que haja ações do setor público e, também, do privado. Este último deve realizar uma ampla campanha mostrando as vantagens de consumir o suco de laranja.

E é fundamental reduzir a carga tributária: os impostos sobre o suco chegam a 34% do seu valor! É muita coisa para um setor tão significativo. Até porque os citricultores vêm enfrentando, nos últimos anos, uma luta dura contra uma terrível doença, o *greening*, que dizima os laranjais. E com seu esforço e o apoio da pesquisa e da tecnologia, vão vencendo mais essa contenda, como já venceram a tristeza dos cítrus nos anos 40 do século passado, o cancro cítrico na segunda metade do século XX, a clorose variegada dos cítrus (CVC) neste século e muitas outras.

Quanto ao mercado, com impostos tão altos fica difícil a competição. ■

PRODUZIR

REVISITAR O ITR EM BUSCA DA RENTABILIDADE

FRANCISCO DE GODOY BUENO
Vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A DISCUSSÃO sobre o aumento de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é um movimento importante para os rumos da propriedade rural, sua produtividade e sua tributação. Em agosto, contra a tese da Secretaria da Receita Federal a favor da progressividade das alíquotas de ITR, foi admitido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região em São Paulo um recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que seja decidida a sua constitucionalidade.

O tema foi amplamente discutido pelos Tribunais brasileiros, que sempre mantiveram a progressividade em homenagem ao princípio da função social do imóvel rural, porém nunca se julgou sob a ótica do tamanho das propriedades.

Conforme estabelecido pela Lei nº 9.393/1996, o ITR possui alíquotas progressivas em função de duas variáveis: o grau de utilização, que corresponde ao percentual da área aproveitável do imóvel efetivamente ocupado com atividades produtivas; e o tamanho do imóvel. As alíquotas, aplicáveis sobre o valor da terra nua tributável, são progressivamente maiores em função da produtividade (quanto menos produtivo, mais imposto se paga) e do tamanho (quanto maior o imóvel, maior a tributação).

A progressividade de um imposto de natureza real, como o ITR, tem que estar adstrita à sua função parafiscal constitucionalmente estabelecida, que é de desestimular a manutenção de propriedades improdutivas. Assim, não há motivo juridicamente válido para tributar áreas maiores igualmente produtivas em virtude do seu tamanho.

O conceito de imóvel rural produtivo é legalmente determinado pela Lei Federal nº 8.629/1993, para a definição da função social da propriedade rural. A Constituição Federal e a legislação agrária vigente não discriminam os imóveis rurais por seu tamanho, mas sim pela sua produtividade.

O professor Leandro Paulsen, tributarista, defende a ideia de que o tamanho do imóvel não é uma variável que autoriza a aplicação de alíquotas diferenciadas para fins de ITR. Segundo o jurista, o critério de progressividade das alíquotas de ITR tem de ser necessariamente o grau de produtividade, não se prestando para tanto as dimensões do imóvel.

Também é importante preparar-se para o avanço na governança das terras do Brasil. A Instrução Normativa nº 1.581/2015 determinou a vinculação dos cadastros de imóveis rurais da Receita Federal com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). É o primeiro passo da implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), que servirá como base única de dados sobre as propriedades rurais para todos os órgãos da administração federal.

Faz-se necessário, portanto, não distinguir as propriedades rurais pela área sem considerar a rentabilidade da produção. Uma propriedade menor pode gerar rendas maiores, por exemplo, devido à localização ou à aptidão agrícola, se comparada a uma propriedade maior sem estas características.

Atualizar a visão de que a propriedade rural é uma riqueza em si mesma traz benefícios aos produtores. Desta forma, o agro moderno dá mais um importante passo no Brasil, em busca de geração de renda no campo, seja em grandes, médias ou pequenas propriedades rurais. ■



OPINIÃO

O PLANO ABC PAULISTA

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O GOVERNO do estado de São Paulo lançou o Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC-SP) no dia 29 de agosto, na sede da nossa Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA).

Dada a transversalidade do tema, a construção do Plano ABC em São Paulo foi capitaneada pela SAA em parceria com as Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, de Saneamento e Recursos Hídricos, de Energia e Mineração, da Justiça e da Defesa da Cidadania, em diálogo com o governo federal por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e com a participação de diversas entidades e estudiosos do tema.



A iniciativa já começa a ser executada no estado para encararmos a realidade das mudanças climáticas, a necessidade de se conciliar a conservação do meio ambiente com o imperativo aumento de produtividade. O governo do estado não apenas cobrará essa implantação, como também está oferecendo ferramentas para que o Plano seja desenvolvido e dê os resultados esperados.

Bom exemplo é o conjunto de dez linhas de financiamento do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap) do governo estadual. Juntas, somam cerca de R$ 20 milhões disponíveis para o homem do campo executar as ações previstas, como recuperação de áreas degradadas por erosões, integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), nascentes e matas ciliares, plantio direto na palha, floresta, sementes e mudas, pecuária de leite e desenvolvimento regional sustentável.

O Plano nacional prevê ações como: recuperar 15,0 milhões de hectares de pastagens degradadas por meio do manejo adequado e adubação; aumentar a adoção de sistemas de iLPF e de sistemas agroflorestais (SAFs) em 4,0 milhões de hectares; ampliar a utilização do Sistema Plantio Direto (SPD) em 8,0 milhões de hectares; e ampliar a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 5,5 milhões de hectares.

A fase estadual prevê o aumento de sistemas de plantio direto e de cultivo reduzido em 1 milhão de hectares, estimando uma redução de 2,25 milhões de toneladas de CO_2 equivalente, e o aumento de áreas com FBN em 800 mil hectares, prevendo uma redução de 1,45 milhão de toneladas de CO_2 equivalente.

Preconiza, também, o incremento na área de florestas plantadas da ordem de 50 mil hectares por ano, totalizando, até 2020, 200 mil hectares; o aumento de áreas com iLPF em 200 mil hectares, estimando uma redução de 1,00 milhão de toneladas de CO_2 equivalente; e a recuperação de 6,1 milhões de hectares de pastagens degradadas ou em início de degradação.

Lançado em julho de 2010, o Plano ABC nacional investiu R$ 13,2 bilhões em um total de 28,5 mil contratos com produtores rurais, que abrangem 6,8 milhões de hectares em todo o Brasil. O orçamento do Programa sofreu uma diminuição, e isso precisa ser recuperado!

O homem do campo quer participar da conservação do meio ambiente, mantém fatores de produtividade como o solo e a água e conserva a biodiversidade, que é fonte inesgotável de aprendizado e inovação. Por isso, conta conosco para uma agricultura harmônica com a natureza. Chegou a hora do Plano ABC paulista. ■

REFLEXÃO

REFAZER O PAÍS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós (...)

Samba-enredo da escola Imperatriz Leopoldinense no carnaval de 1989

A LUTA pela recuperação do País começa, de fato, em setembro de 2016, quase coincidindo com o 7 de setembro, quem sabe uma alusão positiva. A crise do Brasil é grave: afundado na recessão, com déficit público recorde, dívida pública que se multiplica, juros nas nuvens, inflação fora da meta, impostos que seguem sugando a produção e um nível elevadíssimo de desemprego. Tudo isso em meio a um escândalo de corrupção e prisões de funcionários do alto escalão do governo, do Legislativo, de fundos de estatais, enfim, todos investigados na operação Lava-Jato. Uma verdadeira luta da Polícia Federal para fazer a assepsia do País.

O que isso significa? A economia e a política contaminadas entre si, requerendo medidas urgentes do novo governo federal, tal qual médicos atendendo o "paciente Brasil" na UTI. Os ministros e o presidente Temer precisam de um ambiente asséptico para os cortes que farão, mas é fundamental ter em mente que isso é parte de um processo muito maior que precisa começar já! Afinal, foram anos de pregação de um discurso populista, um odioso divisionismo visando à transformação do Brasil em um país bolivariano, retrógrado e que nos levaria a uma situação muito pior do que "apenas" o caos econômico atual. Os exemplos claros dessa condução são, além do rombo fiscal, a política de energia caótica e a situação da educação e da saúde. Paga-se cada vez mais por serviços cada vez piores! Tudo isso e muito mais serão parte do novo processo de mudanças, desde a busca por acordos bilaterais de comércio, passando pela previdência e pelo sistema trabalhista, até as reformas tributária e política.

São partidos políticos demais e dedicação ao País de menos, com a limitada visão dos quatro anos de mandato. O Brasil precisa de pessoas com visão de longo prazo, sustentado por ações planejadas. Chega de heterodoxia alimentada por sonhos ideológicos imaturos. É preciso ter sequência nas ações positivas.

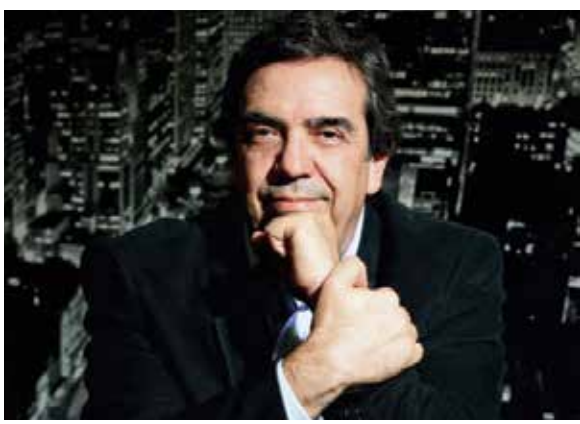
Um olhar sereno sobre a balança comercial brasileira, e outro sobre os empregos, que se caracterize claramente pelo peso do agronegócio. Por isso mesmo, pela dimensão e pela importância do agronegócio para o Brasil, suas lideranças devem abraçar os temas nacionais. Isso ficou claro no Congresso da ABAG, ocorrido em agosto último.

A questão das grandes reformas deve ser uma grande preocupação da ABAG nestes dois anos e meio que restam ao novo governo, pois são temas transversais que afetam todas as cadeias produtivas.

"Dar um jeito no País", como pretende o presidente Temer, pressupõe abraçar as grandes reformas que deverão abrir uma avenida de crescimento com índices acima dos máximos 3% ao ano que são projetados, no Brasil de hoje, como "grandes índices". O choque nas contas públicas contribui, pois dará asas às mudanças essenciais, mesmo com as dificuldades todas que o País enfrenta. Exemplo disso é que se trabalha, no Brasil, segundo estudos do Banco Mundial, 3,6 meses por ano somente para pagar impostos!

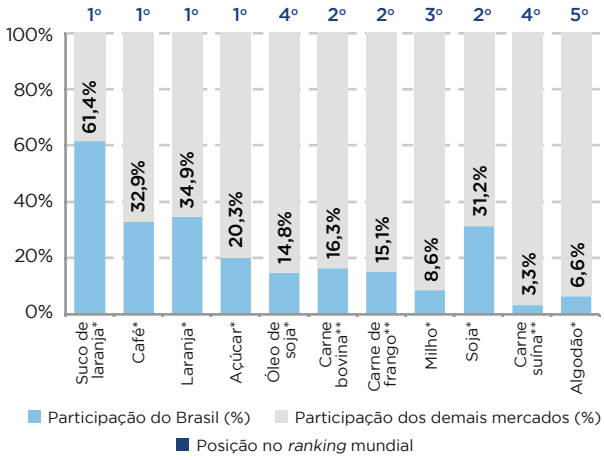
Outras questões, terríveis, são as ligadas à segurança jurídica ou mesmo ao crítico e preconceituoso posicionamento do governo que saiu sobre terras para estrangeiros. Afinal, o Brasil não tem poupança, sozinho, para fazer o crescimento necessário!

A sensação é que se abriu uma porta, e a luz penetrou num ambiente insano. Isso traz esperança e força, mas requer posição institucional firme, planejamento e cobranças pelo que se quer para o futuro do País. ■



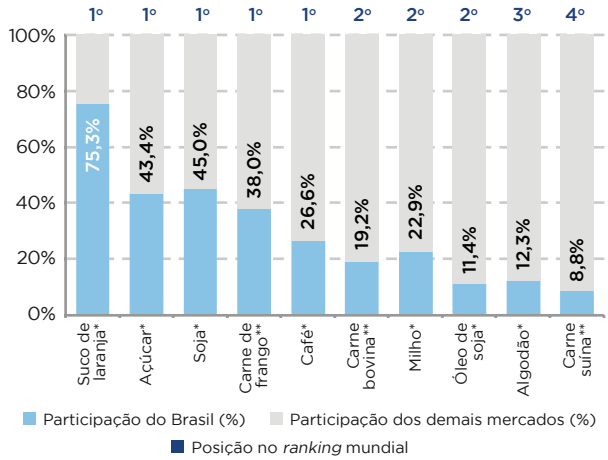
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



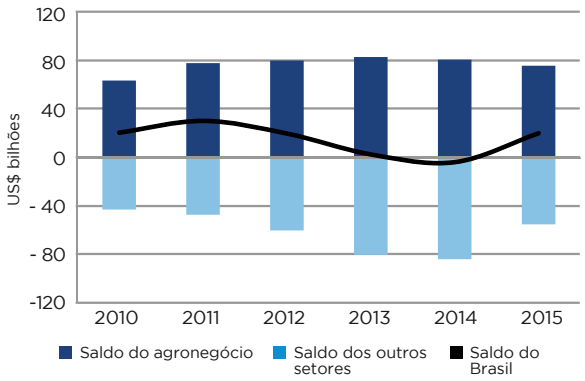
* 2015/16; ** 2016
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



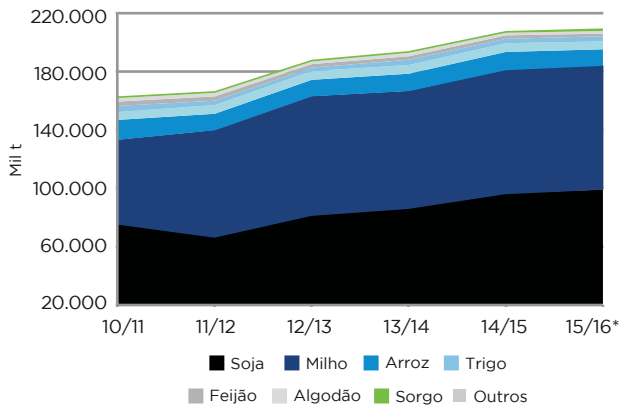
* 2015/16; ** 2016
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



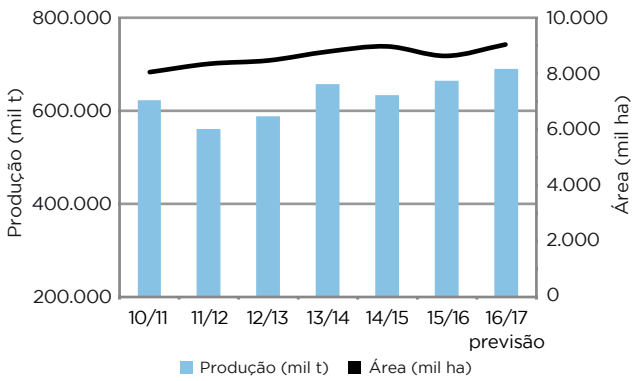
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



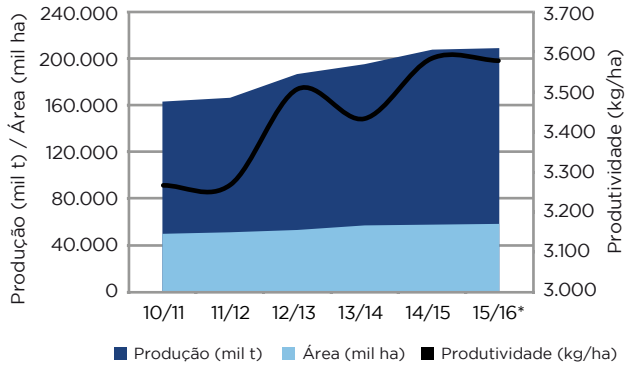
* Previsão em abril de 2016
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em abril de 2016
Fonte: Conab